

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA RAFAELLA DE BRITO PEREIRA

**A NATURALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA MULHER NO ATO DE
CUIDAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
VIVÊNCIA NA CLÍNICA ESCOLA DA UNILEÃO EM JUAZEIRO DO NORTE- CE**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

ANA RAFAELLA DE BRITO PEREIRA

**A NATURALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA MULHER NO ATO DE
CUIDAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
VIVÊNCIA NA CLÍNICA ESCOLA DA UNILEÃO EM JUAZEIRO DO NORTE- CE**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como
cumprimento parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social, sob
a orientação da Professora Esp. Jamilye
de Lima Vieira

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

ANA RAFAELLA DE BRITO PEREIRA

**A NATURALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA MULHER NO ATO DE
CUIDAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
VIVÊNCIA NA CLÍNICA ESCOLA DA UNILEÃO EM JUAZEIRO DO NORTE- CE**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como
cumprimento parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social, sob
a orientação da Professora Esp. Jamille
de Lima Vieira

Data de aprovação ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Esp. Jamille Lima Vieira
Orientadora

Prof. Esp. Pautilia Ferraz Araruna
1º Examinador

Prof. Esp. Jácsa Vieira de Caldas.
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

Dedico a Deus que me iluminou e me encorajou para seguir nessa longa caminhada. A minha mãe que esteve comigo me apoiando em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus que me deu a vida, por meio da qual pude chegar a este momento desafiador, agradeço pelas infinitas bênçãos recebidas e por toda força que venho recebendo ao longo dos anos.

A minha mãe Ana Maria, que sempre esteve ao meu lado, acreditando no meu potencial e me dando todo apoio no decorrer desses anos. Ao meu namorado por sempre está do meu lado me apoiando e me incentivando nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Agradeço as minhas supervisoras de estágio I e II, Jacsa Vieira de Caldas e Jamille de Lima Vieira por todo o conhecimento repassado, serei eternamente grata. Agradeço mais uma vez a Jamille Vieira, minha Orientadora do TCC, por ter se dedicado tanto na construção desse trabalho junto comigo.

As minhas amigas Maria Fabíolla e Maria do Carmo, que estiveram comigo desde o início da faculdade me ajudando nas horas difíceis, e que também estiveram juntos comigo nas horas boas que guardarei para sempre no meu coração.

E por fim, a todos os professores que contribuíram para minha formação profissional e concretização deste trabalho. A todos vocês, o meu muito Obrigada!

“ Não se Nasce Mulher, Torna-se Mulher.”
SIMONE DE BEAUVOIR

RESUMO

O referido trabalho busca analisar a naturalização da responsabilidade da mulher no ato de cuidar de pessoa com deficiência, tendo em vista que é um assunto de suma importância, e que deve ser discutido na sociedade, tendo seus objetivos baseados em compreender o papel da mulher na sociedade patriarcal e analisar como vem se desenvolvendo a relação de mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência na sociedade tendo em vista todas as dificuldades enfrentadas pelas mesmas. O caminho metodológico da pesquisa traçou-se inicialmente na pesquisa bibliográfica para a obtenção de um acúmulo de informações sobre o devido tema. Logo em seguida realizou-se uma pesquisa de campo, onde teve como instrumento de coleta de dados o questionário aplicado nas mulheres mães de pessoas com deficiência que faziam acompanhamento na clínica escola da UNILEAO em Juazeiro do Norte-CE. O primeiro capítulo traz uma breve reflexão sobre a construção sócio histórica da sociedade e a mulher no mundo contemporâneo. Já o segundo capítulo traz uma análise sobre a mulher e a missão do cuidar e pessoas com deficiência e suas cuidadoras. O terceiro e último capítulo trás os caminhos percorridos para o delineamento Metodológico da pesquisa, os aspectos da pesquisa por interpretações lúdicas, e a Análise e discussão dos dados da Pesquisa. Visto que, o universo da pesquisa foram 15 mulheres para a realização do questionário. Este estudo evidencio que essas mulheres cuidadoras são todas mães e que a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho é totalmente dificultado pelo fato das mesmas terem que romper estudos ou trabalhos por necessidade de se ausentar e tomar frente dos cuidados para com a pessoas que tem deficiência, fazendo com que muitas delas fiquem submissas aos maridos pelo fato da questão financeira. Diante do exposto, percebe a importância de rebater esses aspectos que naturalizam a responsabilidade do cuidado somente a figura feminina.

Palavra- chave: Naturalização da responsabilidade. Deficiências

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the naturalization of women's responsibility in caring for people with disabilities, considering that it is a matter of paramount importance and should be discussed in society, with its objectives based on understanding the role of women in patriarchal society and analyze how the relationship of women caregivers of people with disabilities in the society has been developed in view of all the difficulties faced by them. The methodological path of the research was initially traced in the bibliographic research to obtain an accumulation of information on the due subject. Shortly thereafter, a field research was carried out, which had as a data collection instrument the questionnaire applied to women mothers of people with disabilities who were monitored at the UNILEAO clinical school in Juazeiro do Norte-CE. The first chapter brings a brief reflection on the sociohistorical construction of society and women in the contemporary world. The second chapter provides an analysis of women and the mission of caring and people with disabilities and their caregivers. The third and last chapter brings the paths taken for the Methodological design of the research, the aspects of the research for playful interpretations, and the Analysis and discussion of the research data. whereas the universe of the research were 15 women for the accomplishment of the questionnaire. This study shows that these women caregivers are all mothers and that their insertion in the labor market is totally hampered by the fact that they have to break studies or jobs due to the need to be absent and take care of people with disabilities. , causing many of them to be submissive to their husbands because of the financial issue. Given the above, we realize the importance of countering these aspects that naturalize the responsibility of care only the female figure.

Keyword: Naturalization of responsibility. Deficiency

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MS - Ministério da Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM I - Fala do ministro da Justiça de Sergio Fernando Moro.....	29
IMAGEM II - Mulher Cuidado do Filho Deficiente.....	49
IMAGEM III - Dificuldade na Acessibilidade nas Escolas.....	51

LISTA DE TABELA

TABELA I - Perfil das Mulheres Entrevistadas.....	53
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – MULHER: CONSTRUÇÃO SOCIAL	18
1.1 CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DA SOCIEDADE GÊNEROS E SEUS PAPÉIS SOCIAIS.....	18
1.2 A MULHER NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	26
CAPITULO II - A MULHER E A MISSÃO DO CUIDAR: UMA CONSTRUÇÃO SOCIOHISTORICA	31
2.1 A RESPONSABILIDADE DA MULHER PARA COM A FAMILA	31
2.2 PESSOAS COM DEFICIENCIA E SUAS CUIDADORAS	40
CAPITULO III - ESTUDO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: AS DIFICULDADES E A NATURALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA MULHER NO ATO DE CUIDAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	47
3.1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA O DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	47
3.2 DESVELANDO OS ASPECTOS DA PESQUISA POR INTERPRETAÇÕES LÚDICAS.....	48
3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE (S)	67

INTRODUÇÃO

O referido trabalho apresentado analisa os desafios frente a responsabilidade que as mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência enfrentam desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, além de compreender o papel da mulher na sociedade patriarcal e conhecer os determinantes desse processo de naturalização da mulher cuidadora de pessoas com deficiência.

É nítido que as formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, é uma realidade que atinge um contingente expressivo de mulheres, sabe-se que historicamente sempre houve uma maior apropriação do homem no âmbito do poder político, no exercício das atividades profissionais e no poder de escolha e decisão sobre sua vida sexual, onde a figura feminina não tinha esses mesmos direitos.

Sabemos que a crescente margem de desvalorização do papel feminino como cidadã é algo que ocorre de maneira drástica, uma sociedade que naturaliza papéis femininos onde muito se fala de igualdade e equidade de gênero, mas na prática essa igualdade não acontece de fato.

As mulheres percorreram uma trajetória histórica árdua e incansável através de reivindicações que aconteceram pelos movimentos de categoria que tinham como objetivos transformar uma realidade cultural onde a figura feminina era vista como um objeto frágil não tendo o direito de Tomar decisões sobre sua própria vida.

Surgiu o interesse de investigar sobre o seguinte tema através da vivência no estágio supervisionado na clínica escola em Juazeiro do Norte-CE, pois foi possível notar que a responsabilidade das mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência era cada vez maior e que a sociedade estava naturalizando isso.

Essa pesquisa objetiva conhecer a e analisar como vem se desenvolvendo a relação de mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência na sociedade, conhecendo a realidade dos sujeitos, compreendendo ainda o enfrentamento passado pelos mesmos, tanto na questão de gênero, quando na questão de ser cuidador, proporcionando a sociedade uma visão menos alienada perante o machismo e proporcionando um diálogo respaldado na equidade de gênero e políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência.

A presente pesquisa será embasada no materialismo dialético por tanto virá com método de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, através da aplicação de

questionários, e entrevistas aos dados colhidos serão analisados e apresentados de forma de depoimento.

Para desempenhar tal estudo foram utilizados os conhecimentos de diversos autores que possuem uma grande relevância na área em questão, os mesmos corroboram para abrilhantar ainda mais o presente trabalho trazendo discussões pertinentes e importantes.

Para a melhor compreensão dessa monografia, o mesmo será dividido em três capítulos, sendo que no primeiro virá como abordagem a Construção sócia histórica da sociedade gêneros e seus papéis sociais e a Mulher no mundo contemporâneo

No segundo capítulo, vira apresentada nas entrelinhas a responsabilidade da mulher para com a família e pessoas com deficiência e suas cuidadoras

No terceiro capítulo configura-se a pesquisa de campo, sendo utilizado o questionário, o percurso metodológico da pesquisa, onde será feito a análise e discussão da pesquisam, os aspectos da pesquisa por meio de interpretações lúdicas.

CAPÍTULO I – MULHER: CONSTRUÇÃO SOCIAL

1.1 CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DA SOCIEDADE GÊNEROS E SEUS PAPÉIS SOCIAIS.

Desde os primórdios da existência humana as formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, são uma realidade que alveja um contingente expressivo de mulheres e, nesse segmento, só pode ser entendida no contexto sócio histórico-cultural da sociedade, num movimento complexo e contraditório entre sociabilidade e individualidade entre as relações de gênero e a totalidade da vida social.

Para compreendemos melhor as formas de opressão vivenciadas historicamente pelas mulheres, partimos do pressuposto de que homens e mulheres encontram-se sob dadas circunstâncias objetivas e subjetivas, onde os mesmos são sujeitos das relações sociais. Isto significa que a construção social das respostas que dão às suas necessidades e vontades tem na sociabilidade sua determinação central ou, de outra forma, significa também que os indivíduos fazem a história, mas suas possibilidades de intervenção se efetivam na dialética relação entre objetividade e subjetividade, entre ser e consciência.

É inegável que historicamente sempre houve uma maior apropriação do homem no âmbito do poder político, no exercício das atividades profissionais e no poder de escolha e decisão sobre sua vida sexual e isso veio se consolidando no decorrer dos tempos, e conseqüentemente esse processo resulta em diferentes formas opressivas, submetendo as mulheres a relações de submissão, violência, dominação e também violação dos seus direitos garantidos pela constituição de 1988.

Sabe-se que a alteração dos papéis sociais entre homens e mulheres iniciou-se no século XVIII em virtude de significativas transformações políticas, econômicas e sociais, tais como: o início da industrialização e a formação da sociedade capitalista. Neste período, a família extensa feudal desaparece para dar lugar à família burguesa que era composta por: mãe, pai e filhos. E surge a ideia das residências particulares, da família nuclear que começa a ser estabelecida. Nesta nova família, aparece a figura da criança como aquele integrante que necessita de ponderações especiais para se desenvolver bem, pois o mesmo é o futuro dos

estados nacionais em construção. Para atender a essa nova exigência social, a mulher foi confinada na esfera doméstica, onde, passou a viver apenas com o intuito de cuidar dos filhos, marido e do lar. Começa, então, a ser institucionalizada a característica “cuidadora” da mulher, refletida nas suas atuações como mãe, esposa e dona-de-casa (Aries, 1986; Castro, 1996; Nolasco, 2001; Rocha-Coutinho, 1994).

A mulher passa a viver para o amor: amor a seus filhos, a seu esposo, a sua casa. Para tanto, ela deveria se manter pura, distante dos problemas e das tentações do mundo exterior – o mundo do trabalho -, que deveria ficar sob o encargo do homem. (ROCHA COUTINHO, 1994, P.29).

A realidade de boa parte das mulheres brasileiras é marcada por lutas constantes sejam dentro ou fora do seu ambiente doméstico, embora esse discurso feminista esteja tão presente nos dias atuais, ainda nota-se uma negação da sociedade em papéis que historicamente foram criados como não sendo papéis femininos, ou seja, uma desigualdade social que deve ser vista como uma questão social.

É de suma importância sabermos que além da categoria histórica, o conceito de gênero pode ser empregado também como uma categoria política para analisar a questão da igualdade e da diferença, apontando para uma nova perspectiva de interpretação e transformação da realidade social. A questão da diferença entre os seres humanos parte da história da humanidade e estão presentes nos mais diversos discursos como o filosófico, religioso, biológico/científico, psicológico, antropológico e social. Mas é somente na modernidade que esse tema ganha maior relevância como objeto de análise.

A esfera da categoria gênero coadjuva para desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional e não como “oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres” para que não se incorra no erro de deixar de identificar “os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1992, p. 193).

Os estereótipos estão situados na história da humanidade, onde sempre nos deparamos com a ideia de que a mulher é a principal responsável pelo processo de cuidado para com a família. O quadro é de profunda desigualdade. Não podemos falar em desigualdade e não falar em cidadania, pois a figura feminina foi por muito

tempo foi excluída do exercício de cidadã. Sendo assim, podemos trazer a equidade de gênero para dentro de nossa discussão, pois a equidade é tão somente a necessidade de direitos iguais para homens quanto para mulheres.

Para Lagarde (1996), a equidade é o conjunto de processos de ajuste genérico composto pelas ações que reparam as lesões da desigualdade para com as mulheres produzida na relação domínio-cativeiro que as determina em maior ou menor medida. A igualdade de gênero é a valorização de semelhanças existentes em ambos os sexos, bem como os papéis diversos que ambos conseguem desempenhar.

Em relação às mulheres é notório que elas vêm desenvolvendo e desempenhando papéis maiores de assistências no âmbito familiar, é necessário que as políticas públicas voltadas para as mesmas levem em conta a equidade de gênero, e não uma procura por uma política “diferenciada”, mas uma política igualitária com espaços adequados e justos para ambos os sexos.

O significado de equidade de gênero vem como um conceito ético associado legitimamente à justiça social com relação aos direitos humanos, não vem com a função de desmerecer direitos dos homens para dar as mulheres, mas buscar inclusão no cotidiano que insiram toda uma humanidade aos mesmos aspectos sem diferenciações de sexo. As situações de metade das mulheres existentes no meio mundial sofrem iniquidade no seu cotidiano.

Por hierarquias, privilégios e desigualdades, as categorias raça, gênero e geração tem em comum, serem atributos naturais, com significados políticos, culturais e econômicos, organizados amparados por símbolos particulares e naturalizados. (LAGARDE, P 29. 1996)

Em todas as sociedades sempre existiram uma distinção entre homens e mulheres, historicamente na cultura indígena as tarefas masculinas eram a parte braçal, defender a sua comunidade/aldeias e preparar as terras para o plantio, enquanto o papel da mulher indígena era cozinhar, produzir os utensílios de cerâmicas, além de cuidar dos filhos, faz parte também dessa cultura preservar a infância das mulheres para que as mesmas só se tornem esposas após a primeira menstruação(acompanhada de ritual especial, de acordo com a tribo).

Com essa distinção entre homes e mulheres, é evidente que desde a revolução industrial que foi o período em que as mulheres começaram a dar o primeiro passo para trabalhar fora de casa, saindo um pouco do ambiente doméstico em busca de aumentar a renda familiar (pois sabemos que até meados do século XVIII não havia oportunidades para o trabalho feminino) devido as máquinas implantadas pela Revolução Industrial, as habilidades humanas mudaram de valor e o capital deixou o trabalho menos braçal e mais intelectual, possibilitando que as mulheres ou seja, foi a Revolução Industrial quem dinamizou o processo de emancipação econômica das mulheres.

Sabemos que a Revolução Industrial foi um extenso percurso que teve seu início na Inglaterra e foi se e estendendo para vários países, que resultou para o capitalismo um salto muito importante. Com essas mudanças, o capital teve como realizar uma subsunção do trabalho, pois foi possível ter a transição do trabalho artesanal para o manufatureiro e em seguida para a indústria que possuíam as maquinas.

Thompson (1987, p. 224) postula que A Revolução Industrial foi uma etapa marcada por muita exploração do trabalho, ou seja, dos trabalhadores. As mulheres ao ganharem espaço no mercado de trabalho devido as maquina instaladas pela revolução industrial, não tinham os mesmos direitos e garantias que os homens, elas trabalhavam mais e recebiam menos, além de muitas sofrerem abusos sexuais dentro dos seus ambientes de trabalho.

Devido essas más condições de trabalho surgiu o dia 8 de março Dia Internacional da Mulher, que foi devido organizações de mulheres operarias de uma fábrica têxtil nos Estados Unidos, que devido essas péssimas condições de trabalho (trabalhavam 15 horas diárias e recebiam salários medíocres) se uniram para reivindicar por melhores condições de trabalho, devido o dono da fábrica não ter

aceitado, trancou as mesmas dentro da fábrica que foi incendiada, e 130 mulheres morreram carbonizadas.

Em um passado recente, as mulheres não podiam estudar, votar e nem serem votadas, eram portanto, consideradas cidadãs de segunda categoria onde estavam descartadas dos seus direitos políticos, não podiam trabalhar fora das suas residências, deveriam efetuar exclusivamente o papel da maternidade, cuidadoras da família e do lar e os homens efetuar o papel de masculinidade, aquele que norteava a família ao qual no âmbito das relações de trabalho, se fundamentava na ideia de que o homem/genitor do lar é quem deveria prover a subsistência de sua família. Enquanto os homens procuravam se inserir no mercado de trabalho, as mulheres eram as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos, e esse papel das mulheres estavam bem definidos, as mesmas eram responsabilizadas pela educação dos filhos, pela coesão familiar e por todos os afazeres domésticos.

Com estes preceitos culturais, é visível que as mulheres foram distanciadas por muito tempo dos ramos da sociedade, como no âmbito político, social e religioso, e isso conseqüentemente resultou para que a figura feminina não tivesse representatividade nos seus direitos de cidadã, além de serem totalmente submissas aos seus maridos, e excluídas do mercado de trabalho.

Em outra cultura, como no grupo da família romana eles tinham como centro o homem, enquanto as mulheres assumiam um papel secundário, o homem considerado o patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles. A autoridade sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo. É válido ressaltar que o patriarcado não significa o poder do pai, mas o poder masculino, centrado na figura do homem, era uma forma de organização social onde suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade e este sentido de patriarcado caracterizado pela supremacia masculina, desvalorizava a identidade feminina e atribuía a função do ser mulher, apenas para procriação.

É importante ressaltar que, a relação de finalidade entre mulher e reprodução era algo notável, em certas culturas como a os Vikings, da região da atual

Escandinávia, esposas eram valoradas através da quantidade de filhos do sexo masculino que tinham, caso alguma delas de alguma forma gerassem apenas filhas, seriam conseqüentemente menosprezadas pelo seu meio social, enquanto em outras culturas, como na antiga Babilônia a relação entre mulher e reprodução era tão intrínseca, que o Código de Hammurabi (conjunto normativo daquele povo), determinava como responsabilidade da mulher casada e estéril, fornece a seu marido uma substituta, a fim de garantir a perpetuação genética do mesmo.

A pesar das eventuais transformações socioculturais ocasionadas pela miscigenação de povos, surgimento de novos países, guerras, desenvolvimento tecnológico e a própria evolução humana como ser social, o sistema patriarcal sobreviveu, alterando apenas alguns aspectos. Pode-se dizer que o mesmo evoluiu, todavia, concentrou em seu contexto as mesmas bases de superioridade e subordinação. Tal mudança originou o que Machado (2000) chama de “patriarcado contemporâneo”. Neste contexto, a relação homem x mulher, continua herdando muitas características desiguais, mas estas agora se encontram em menor evidência, ainda assim presentes tanto em meio social, quanto profissional e familiar, influenciando o modelo ideal feminino contemporâneo.

Devido á um processo histórico, as mulheres estiveram confinadas dentro do lar por milênios, sendo encarregadas pelos trabalhos domésticos, e funções de esposa e mãe, o fato de ela abrir mão dessas funções lhes causava receio, pelo risco de substituição pela extra domésticas. Além disso, outros fatores culturais e morais daquela época impediam que elas abrissem mão do serviço doméstico para trabalhar fora de casa, as grandes e significativas vitórias nesse sentido foram conquistadas pelas mulheres até o presente século, se lembrarmos que esta situação de inferioridade arrastava-se há séculos no mundo todo, havendo fases em que as mulheres e as crianças, nem mesmo eram contadas nos censos demográficos e não tinham sua vontade e direitos respeitos, as mesmas eram tratadas como mero objeto de procriação e consideradas como propriedade dos homens, aos quais deviam obediência e subordinação.

Com o passar dos anos, e o avanço da mulher esta conseguindo espaço no mercado de trabalho, é inegável que com a inserção, as condições de trabalho e ausência de garantia de direitos já eram duras para os homens, pior ainda era a situação das mulheres que trabalhavam, pois seu trabalho sofria duplo preconceito: o biológico, pelas diferenças físicas existentes entre os sexos, cuja maior delas é a

maternidade, e o social, no qual o trabalho feminino era visto como inferior ao masculino e, portanto, de menor valor. A mulher esteve em um estado de invisibilidade durante várias gerações, onde as mesmas eram submetidas a esse comodismo de dependência e subordinação aos homens.

A luta das mulheres no começo foi muito esparsa, começando por pequenas desavenças que tinham o intuito de expor suas opiniões acerca da condição e luta pelos seus direitos, a figura feminina batalhou muito para conseguir ter seus direitos garantidos e ganhar seus espaços. Um grande progresso foi o movimento feminista que lutou por direitos ao voto, educação e trabalho além de vários outros. Uma das importantes conquistas femininas foi a existência de mulheres liderando partidos políticos, pois isso antes era considerado como impossível.

Temos um exemplo no Brasil de uma mulher que conseguiu chegar ao cargo mais alto do poder executivo, que foi Dilma Rousseff, onde durante o seu governo sancionou a Lei do Femicídio (8.305/2014), essa lei classifica o assassinato motivado por razões de gênero, menosprezo ou discriminação contra mulheres como um crime hediondo. De acordo com o Código Penal brasileiro, a pena para estes crimes vai de 12 a 30 anos de prisão. Este tempo ainda pode ser aumentado em um terço se o crime acontecer enquanto a vítima estiver na condição de gestante ou nos três meses após o parto.

Embora muitas mulheres conseguiram alcançar diversos cargos altos, ainda não se compara a quantidade de cargos altos que são exercidos pelos homens. A figura feminina ainda enfrenta muitos percalços para chegar a um mesmo patamar de um homem, o homem por ser homem sempre tem mais oportunidades que as mulheres, é preciso que haja uma modificação nas questões políticas, nas grandes empresas para que isso seja equiparado.

No entanto, é grande a lista de alguns dos direitos das mulheres que estão sob risco, como por exemplo, o mundo da política, que continua sendo predominantemente masculino e o mercado de trabalho, pois se observarmos quantas mulheres conseguem entrar e como são pagas uma vez que conquistam as vagas, notamos que são grandes as desigualdades, dentre outros diversos direitos que lhes são preteridos pela sociedade. Dionísia Gonçalves Pinto, mas conhecida como Nísia Floresta, em 1832, tornou-se o principal nome em defesa dos direitos das mulheres no século XIX, trazendo em contexto a reflexão:

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? (FLORESTA, 1832, p.94)

Os homens e as mulheres, ao longo da história, desempenham condutas divergentes na sociedade, cada indivíduo exerce suas incumbências e funções individuais, considerado assim o seu papel social. Dessa maneira, os direitos, o papel e a identidade da mulher são muito discutidos por conta da desigualdade sexual. Assim como o homem as mulheres também estão envolvidas em um conjunto de caracteres particulares, formando ao longo da história a vida social feminina.

Para compreender melhor a identidade da mulher na sociedade, é preciso conhecer sua história, entendendo a sua formação de identidade, de seus grupos sociais e principalmente seu posicionamento no contexto familiar. Glauce Cerqueira Corrêa da Silva (2005) ainda afirma que:

Uma das formas de se entende o lugar da mulher na sociedade é conhecendo a relação afetiva que esta estabelece com seus pares (companheiro, filho(s) e familiares). Compreender a construção de sua sexualidade ao longo da história e o que perpassa no seu imaginário em relação ao companheiro escolhido, trazendo uma compreensão de sua realidade atual e da evolução que ela vivenciou até então. (SILVA, 2005, p.65)

Portanto, em decorrência da nova ordem econômica, das mudanças políticas, culturais e tecnológicas, para o gênero feminino, existe uma dificuldade para a identidade em geral. [...] e mesmo que esteja em construção, à evolução global dificultara a construção de identidade da mulher na sociedade, pois alteram a vida e a intimidade das pessoas, modificando-lhes o modo de ser (VIEIRA, 2005).

Ainda vivenciamos um pouco do machismo como bagagem cultural na história da sociedade que por vez só o homem pode trabalhar, sair para se divertir com os amigos, e as mulheres sempre cuidando do lar, submissas e obrigadas a seguirem as ordens dos seus maridos, existe também padrões de papéis femininos e masculinos constantemente na sociedade, em muitos lugares se um bebe nasce menina ganhara presente associados a cor rosa, se menino, azul. Carrinhos para

meninos, bonecas para meninas. Se o gênero constrói uma identidade do feminino e do masculino, conseqüentemente ele pode prender homens e mulheres em papéis rígidos, e isso não é coerente diante a atualidade q vivemos no mundo, devemos sempre lutar por um mundo com mais respeito à diversidade dos gêneros e entender que o outro, independentemente de sua orientação é alguém que merece respeito e direitos políticos, sociais e econômicos, o respeito à singularidade e a tolerância de cada indivíduo torna-se um fator de extrema importância.

1.2 A MULHER NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

As mulheres durante muito tempo não tinham o direito de escolher, seja a forma de como se vestir ou até mesmo sua profissionalização, não podiam sequer opinar sobre as decisões da sociedade qual pertenciam, dessa maneira foi extremamente necessário o empedramento das mesmas.

Para nos, feminista, o empoderamento, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se para nos, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres, implica, para nos, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. (SANDERBERG, 2006, P. 2)

Nesse sentido, cabe ressaltar sobre o empoderamento na perspectiva feminina. O conceito de empoderamento no princípio foi utilizado por militantes feministas que o traziam na concepção de poder, sendo, portanto o empoderamento a conquista da liberdade e autonomia das mulheres.

Na contemporaneidade, podemos afirmar que há um grande avanço em relação a participação das mulheres em questões econômicas, políticas e sociais, pois a figura feminina vem aos poucos conquistando seus espaços antes considerados como impossíveis.

Consta-se que as mulheres tiveram avanços consideráveis e significativos em relação aos seus direitos, e esses progressos podemos atribuí-los aos movimentos feministas que lutam pela liberdade de escolha, emancipação política e equidade na sociedade em que vivemos. Entretanto, é notório que estas conquistas não foram

suficientes para transformar um contexto sócio histórico conservador de desigualdades que vivemos.

Segundo dados divulgados pela ONU (Organizações das Nações Unidas) quando se trata de representatividade de mulheres em parlamentos, o rankings fica bem abaixo, e essa realidade é um reflexo da nossa formação social ao longo dos tempos que divide as funções que competem as mulheres e aos homens.

Na contemporaneidade a participação feminina no âmbito político é limitada, isso porque não foi possível romper com o monopólio masculino sobre os cargos políticos, onde historicamente a posição da mulher é atrelada a subalternidade e o homem a posição de domínio. Os movimentos feministas levaram em pauta estas desigualdades vivenciadas nas relações de gênero no brasil e se organizaram reivindicando os seus direitos políticos, atualmente as mulheres vem lutando pelo pleno exercício da sua cidadania, e para uma maior participação no campo político.

Sobre os direitos políticos das mulheres Pinsk (2008, p. 295) ressalta que a primeira guerra mundial foi um divisor de águas na luta feminina pelos direitos públicos:

[...] por um lado, interrompeu as lutas das organizações femininas, que na ocasião, comprometeram-se com as mobilizações nacionais para a guerra. Por outro, o fato de as mulheres terem sido convocadas para substituir a mão-de-obra masculina no esforço de produção das indústrias, principalmente a de armamentos, jogou por terra muitos argumentos centrados na natureza que defendiam, para as mulheres, a domesticidade e a maternidade como suas únicas virtudes. (PINSK, 2008 p. 295)

Mesmo com tantos avanços na atualidade alguns questionamentos ainda permanecem sobre a relação da mulher no âmbito político, afinal porque mesmo estando iguais ou semelhantes aos homens as mulheres possuem uma remuneração menor e continuam sendo minoria nos cargos políticos.

A sociedade costuma delimitar aquilo que a mulher e o homem podem fazer, as vestimentas que lhes são adequadas, os lugares que podem frequentar, a maneira de se comportar perante as pessoas, sobretudo as mulheres, que devem ser boas donas de casa, dedicadas aos maridos e aos filhos, e embora trabalhem fora de casa, devem estar sempre belas, produzidas e dispostas ao final do dia para satisfazerem os desejos dos seus maridos, refletindo assim, como postula Silva

(2000, p. 40), “ A perspectiva da ocupação do espaço público e privado, a partir dos papéis socialmente construídos como de homens e mulheres”. A figura masculina cabe sempre sendo o provedor do lar, é o homem que sempre deve trabalhar e sustentas os filhos e esposas enquanto a mulher é submissa aos mesmos.

O contexto vivenciado pelas mulheres obteve uma grande mudança a partir do iluminismo que trazia suas ideias pautadas na razão, tratando cada sujeito como possuidor de direitos inalienáveis, contudo nem todas as teorias iluministas tinham a mesma percepção, para muitos teóricos se perpetuava a concepção de que as mulheres não possuíam as mesmas capacidades dos homens, subordinando assim as mulheres como seres inferiores.

Em 1789, ocorre a revolução francesa considerada um grande marco da história, trazendo os termos de liberdade, igualdade e fraternidade que iriam personificar a visão da cidadania. Inspirada na declamação de independência dos estados unidos da América, foi aprovada a declaração dos direitos do homem e cidadão. Marco este histórico que favoreceu para o reconhecimento das mulheres em um novo patamar, trazendo a possibilidade de romper com as amarras tradicionais que desfavorecem as mulheres e não as reconhecem como sujeito de direitos.

Nas palavras de Beauvoir (1980, p.9). “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Nota-se que ser mulher é uma construção social, firmada a partir das relações interpessoais que foram sendo estabelecida durante muito tempo na realidade social/cultural que a mulher pertencia.

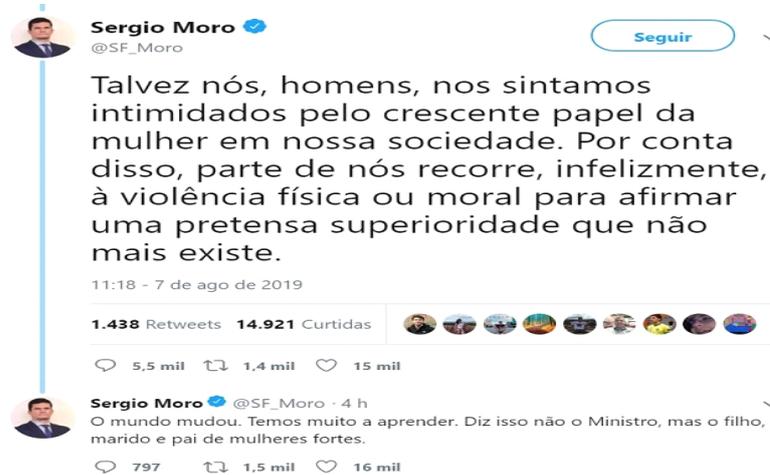
A mulher é instruída dentro de uma realidade cultural onde é estabelecido o seu papel na sociedade, a mesma não tem um destino biológico. As mulheres, durante muito tempo, ficaram limitadas ao papel de mãe e esposa, aquela que era atribuída a responsabilidade de cuidadora dos filhos e do ambiente doméstico

Ser mulher, e ter de desafiar para conquistar, no entanto, devido a tantas batalhas e lutas por direitos sendo alcançadas pelas mulheres, como a inserção no mercado de trabalho possibilitando-as serem provedoras da renda familiar, mesmo após várias conquistas, as mulheres continuam enfrentando inúmeros desafios e barreiras preconceituosas impostas por uma sociedade historicamente machista.

A cultura popular do machismo está intrinsecamente presente em quase todas as sociedades humanas há séculos. O conceito da superioridade de gênero, instituído pelo patriarcado ao longo dos anos, e o sexíssimo ajudam a alimentar a

ideia da desvalorização e preconceito contra as mulheres. E infelizmente muitos homens que ainda tem o pensamento enraizado na cultura machista não aceita/respeita o empedramento feminino na atualidade.

IMAGEM I - Fala do ministro da justiça de Sergio Fernando moro



Fonte: Carta capital, 2019.

A imagem acima retrata um discurso machista e misógino devido ao sentimento de intimidação dos homens diante do crescente papel da mulher em nossa sociedade.

Atualmente diversos homens estão se sentindo intimidados com o grande avanço do poder e espaço que as mulheres vêm conquistando ao longo dos anos. Esse twitter divulgado pelo atual ministro da justiça foi publicado em uma plataforma digital justamente no dia em que a Lei Maria da Penha completava treze anos, é inaceitável que um Ministro da Justiça naturalize a violência contra a mulher como uma reação dos homens “inseguros” ou “desatualizados” à emancipação feminina. Pior ainda é chamar de “intimidação” a luta das mulheres por igualdade. Tais palavras assumem ainda maior gravidade, quando consideramos que proferidas por um ex-juiz, presumivelmente conhecedor dos tratados de direitos humanos e da Constituição federal brasileira, que desde o século passado protege as mulheres contra toda forma de discriminação e as reconhecem como iguais aos homens em direitos e liberdades.

Infelizmente discursos como esses são comuns entre homens machistas que tem aversão as mulheres que tem entendimento sobre seus direitos perante a sociedade, pois culturalmente criou-se uma imagem da mulher como um ser frágil que não pode desenvolver determinadas atividades fora destinadas apenas cuidar

do lar e dos filhos, vemos esta realidade dentro dessa sociedade onde muitos pais reproduzem este sistema passando-os para seus filhos.

Scott (1995, p. 77) evidencia que,

O princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto. A fonte da libertação das mulheres se encontra “numa compreensão adequada do processo de reprodução”, numa apreciação da contradição entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e as mistificações ideológicas (masculinas) deste.

Devido às diversas conquistas que as mulheres alcançaram, as mesmas se configuram para uma nova história para as mulheres que agora são colocadas como protagonistas de suas vidas possibilitando a partir de então reconhecê-las como cidadãs que devem ser tratadas de forma igual na sociedade.

Mesmo após as grandes conquistas da mulher e dos avanços tecnológicos, o papel da mulher ainda é permeado por ranços de tradicionalismo, onde a mulher é vista como cuidadora da família e a responsável pelo zelo da casa. O papel da mulher na contemporaneidade, diferente do tradicional, soma sua inserção no mercado de trabalho à sua função na família, gerando a dupla jornada da mulher, dentro e fora de casa.

Mediante o exposto, vale ressaltar que por mais longo que tenha sido o processo de conquista e reconhecimento das mulheres na sociedade, elas tiveram que travar uma luta contra uma sociedade machista onde algumas pessoas tinham um pensamento plenamente patriarcal e conservador, com discursos que as mesmas só serviam para dar continuidade aos estereótipos das mulheres.

Contudo, esta conjuntura atual vem se configurando através de movimentos de lutas não somente da categoria mais de todos os que procuram viver numa sociedade mais justa e igualitária. Em consonância a estas demandas estão sendo criadas e implantadas leis, projetos e mecanismos voltados para o atendimento desta classe.

Os movimentos feministas foram ademais importantes nessa construção de novos espaços em todas as esferas para as mulheres assim como também para o protagonismo das mesmas. O feminismo, enquanto movimento social, é um

movimento essencialmente moderno e importante, onde seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países a lutarem por igualdade de direitos.

CAPITULO II - A MULHER E A MISSÃO DO CUIDAR: UMA CONSTRUÇÃO SOCIOHISTORICA

2.1 A RESPONSABILIDADE DA MULHER PARA COM A FAMILIA

Vivemos em um mundo onde constantemente ocorrem muitas mudanças, as ideologias passam, e alguns valores são descartados. Neste segmento, nota-se que o papel da mulher na família também tem sido alvo de muitas mudanças ao longo da história da humanidade.

Durante muito tempo, vem ocorrendo transformações no papel da mulher. De acordo com Silva et al. (2005, p. 73)

Da antiguidade à idade média, os casamentos eram combinados sem o consentimento da mulher e, a união, não consagrava o amor e sim um contrato entre o pai da noiva e a família do pretendente.

Nessa época a mulher da família tinha que obedecer às ordens dos seus maridos, e as mesmas não tinham o direito de tomar decisões livres ou de se expressarem na sociedade da forma que queriam.

Segundo Silva (2005), a mulher desde a colonização do Brasil passava por atividades degradantes e impiedosas. Foram temidas, admiradas, e consideradas por muitos como um objeto onde deviam ser sempre submissas aos homens, que foram considerados por muito tempo como aquele que tinha total poder na vida das mulheres, pois a figura feminina era vista como totalmente incapaz.

O papel das mulheres no século XVIII, embora muito devagar começou a se transformar e ir ganhando valor, passando assim a dar alguns indícios que o propósito do casamento não era somente a procriação, mas sim ter finalidades econômicos e psicológico.

Por volta do século XVIII, o amor romântico se torna o ideal de casamento, o erotismo expulsa a reserva tradicional e coloca à prova a duração do casamento. (...) A procriação deixa de ser a finalidade

principal do casamento e os propósitos econômicos e psicológicos do casal passam a ser os objetivos centrais. A ideologia do amor romântico é usada para justificar a ausência de filhos. Como o casamento acontece por escolha e decisão dos cônjuges, a relação conjugal passa a ser mais importante (SILVA, 2005, p. 73).

No início do século XX, a figura feminina ainda era considerada por muitos como frágil e/ou inferior ao homem, incapaz de assumir quaisquer responsabilidades. Era vista apenas como a mãe, a esposa, a cuidadora dos filhos responsável pelo cuidado, o amor e as obrigações do lar.

Vivemos em uma sociedade patriarcal que designa um papel para a mulher, onde a mesma não poderia ser independente e construir sua própria vida, em função desse papel que foi estabelecido a ela, surge uma série de fatores, inclusive o fato de que as maiores responsabilidades dentro do ambiente familiar é de total responsabilidade da mulher, onde muitas famílias querem sempre ter uma filha mulher, pois elas irão cuidar dos pais na velhice, e até mesmo dos membros que portarem deficiências, e geralmente quando uma mulher não assume essa responsabilidade de cuidar, sofrem uma pressão social muitas vezes das próprias mulheres da sociedade.

Existiram papéis maiores que fizeram com que no ambiente familiar a mulher assumisse a responsabilidade de cuidadora, aquela que tinha por obrigação cuidar do lar, do Marido, e dos filhos, e esse papel é o reflexo que de forma macro foram sendo estabelecidos dentro da sociedade patriarcal, no entanto, esse papel e essa naturalização das responsabilidades das mulheres cuidadoras não surgiram no ambiente familiar, ele é imputado a ele dentro da sociedade patriarcal para a casa.

De acordo com SCOTT (1995), desde a família romana que os homens já tinham a autoridade sobre a mulher e os filhos, enquanto a mulher era apenas uma cuidadora do lar vista como uma figura secundária.

É nítido que a visão de naturalização de papéis femininos já se cria desde a infância, a cultura da sociedade constrói na mente da criança um papel de diminuição dos valores femininos, percebe-se ainda que essa construção não é tão somente colocada a criança feminina, mas a masculina também, e a criação machista ganha força desde o seu princípio. As crianças já passam a ver seus pais construindo uma condição de moral sobre elas, com o efeito de criá-las no fechamento de um padrão de vida igual aos de antigamente com papéis desiguais

de identidade de gênero:

As crianças são levadas a identificarem com modelos do que é feminino e masculino para melhor desempenharem os papéis correspondentes e as atribuições femininas não são apenas diferentes, mas também desvalorizadas, onde a mulher vive em condições de inferioridade e subordinação em relação aos homens. As desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não pela diferença biológica entre os sexos. (FARIA; NOBRE, 1997, p.10. apud. PINTO, 2008)

Analisando pelo lado de costumes e tradições, o exercício feminino ocupa um papel que não a possibilita buscar outras possibilidades de inserção nos papéis sociais, e negligencia os seus direitos. Existem também alguns aspectos que impossibilitam a mulher de efetuar suas escolhas que nem sempre e do sentido moralista, onde se lê nas entrelinhas questões como as exigências construídas como casar, ter filhos, ou não querer tê-los.

Cabe as mulheres muitos outros papéis, porém, Izquierdo (1990) aponta que quando se pensa em mulher, lembra-se de maternidade e efetividade. Enquanto ao homem, atribuiu-se características como investigador, profissional, racionalista, pouco detalhista. São funções atribuídas ao sexo com particularidades de divisão da esfera familiar, podendo concluir que não existe lei, nem sequer uma linha obrigatória de papéis femininos e masculinos, e sim uma sociedade que naturaliza aspectos e que limitam os papéis de ambos os sexos.

O desenvolvimento das atribuições relacionadas aos papéis femininos se abrangem fazendo assim que a classe perceba que os tempos mudaram, e com ele o papel feminino se modica e ganha espaços nos diversos setores mundialmente conhecidos, sejam se tratando de trabalho ou também espaços políticos, tendo uma voz ativa no que relaciona decisões de interesse da sociedade, atualmente as mulheres ocupam espaços que as fazem ser reconhecidas pelas suas opiniões e poder mediante as ações que lhe são atribuídas.

De acordo com Silveira (2003, p.02), que trás uma discussão entre as desigualdades de gêneros que são combatidas no contexto de conjunto de desigualdades sociais, pressupondo que as práticas de cidadania ativa façam com que a justiça de gênero se concretize, sobretudo abarcando a responsabilidade do estado em redistribuir riqueza, poder, entre classes, raças e etnias, entre mulheres e

homens.

A necessidade de analisar e compreender a coexistência dos aspectos modernos e tradicionais nas famílias contemporâneas nos últimos 15 anos, revelou um considerável aumento no número de pesquisas sobre a divisão de gênero nessas atividades domésticas. Pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos tem constatado que a divisão de tarefas domésticas ainda tende a seguir padrões relativamente tradicionais. Mesmo nas casas onde as mulheres têm um ganho financeiro maior do que os maridos, ou mesmo, naquelas onde os maridos estão desempregados, elas realizam uma quantidade muito maior de atividades no trabalho doméstico que eles. (WAGNER, et., 2005: 182)

A naturalização do papel feminino quando se trata de cuidar de algo, ou zelar, essas atribuições naturalmente são colocadas frente às mulheres. As construções sociais colaboram para que estas atribuições aconteçam, muito embora se fale muito em inserção da mulher em outras diversas áreas, mas é um assunto que necessita de uma maior ênfase que explore e reveja os conceitos e padrões colocados a frente dessas mulheres.

Sabe-se que ainda são muitas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, principalmente quando se trata do mercado de trabalho, no entanto, a figura feminina vem conseguindo mesmo que aos poucos se adentrar nesse espaço, buscando a sua independência. Toda via a função de cuidadora\responsável da família e do lar criado e associado a mulher não foi destituído do seu cotidiano, a figura feminina segue assumindo essa árdua responsabilidade.

Nos dias atuais, a figura feminina vem conseguindo um grande espaço no mercado de trabalho e conseqüentemente buscando por melhores ocupações de poder no mundo todo. Nota-se que na atualidade o número de mulheres que está contribuindo com a economia nacional é de grande proporção, onde as mesmas estão deixando de serem apenas boas cuidadoras do ambiente doméstico, mães e esposas e buscando a sua autonomia profissional.

No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista, ocorreram inúmeras mudanças na produção e na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento dos equipamentos industriais, boa parte da mão de obra feminina foi transferida para as fábricas. A partir de então, algumas leis foram implementadas para beneficiar as mulheres.

É visível a participação da mulher no mercado de trabalho durante século XX, e essa participação foi muito grande durante as décadas de 1920 e 1980, acompanhando o processo de urbanização e industrialização da sociedade. Esse momento é marcado por uma importante participação de mulheres exercendo funções em más condições nos seus lócus de trabalho, e com baixa remuneração.

Diante o exposto, pesquisadores dizem que a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi devido às guerras mundiais, onde muitos homens que eram os únicos provedores da renda familiar morriam e suas mulheres tinham que arcar com as responsabilidades da família, inserindo-se no mercado de trabalho.

Araújo (2004) postula que as mulheres sentiam a necessidade de deixar para trás os filhos e o lar, para ir a busca de realizar os trabalhos que antes eram realizados por seus maridos.

[...] As que ficavam viúvas e eram de uma elite empobrecida, e precisavam se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomenda, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano, etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade. (PROBST, 2003, p. 1).

Devido essas produções informais algumas mulheres conseguiram aos poucos se inserir no mercado de trabalho, e isso era de extrema importância tanto no rendimento mensal da família, quanto para a independência dessas mulheres e realizações pessoais das mesmas.

Com essa entrada da mulher em um universo historicamente marcado e visto por muitos como exclusivamente masculino, fez com que as mulheres arcassem não somente com o trabalho doméstico e a responsabilidade para com a família, mas também com o trabalho fora de casa, impondo assim uma carga excessiva de responsabilidades com este duplo percurso de trabalho.

Como destaca Perez (2001, p.52):

Responsáveis pela maioria das horas trabalhadas em todo o mundo, as mulheres, generosamente, cuidam das crianças, dos idosos, dos enfermos, desdobrando-se em múltiplos papéis. Esquecidas de si mesmas, acabam por postergar um debate que se faz urgente: a divisão desigual das responsabilidades da família, a injustiça de sozinha, ter de dar conta de um trabalho de que todos usufruem.

É de extrema importância ressaltar nessa discussão, que em meados dos anos 1950 até início dos anos 1960, a mulher possuir uma boa educação ou uma carreira profissional era muito difícil, e as que conquistavam eram considerados por muitos como um luxo. De acordo com Coutinho (1994), naquela época as mulheres que conseguissem ingressar em uma faculdade deveriam abandonar assim q casassem, pois a partir daí a responsabilidade das mesmas era voltado exclusivamente para o cuidado com a família e o ambiente doméstico.

As mulheres têm muito mais excesso de responsabilidades que os homens, principalmente por terem que cuidar dos filhos e da família, das funções domésticas que compreendiam desde lavar, limpar a cozinhar, além das suas atividades econômicas. Explanando esse excesso de responsabilidades, observa-se que “os homens gastam nessas atividades, em média, 10,6 horas por semana e as mulheres, 27,2 horas” (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2007).

Assim Vaistsman (2001, p. 16), atesta que “desempenhando múltiplos papéis na esfera pública e em suas vidas cotidianas, muitas mulheres deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e aos filhos”. Desse modo, nota-se as transformações que vem ocorrendo na vida das mulheres no século XXI, decorrentes desse processo de globalização que as influenciam adentrar no mercado de trabalho em busca de melhorias podendo ser também provedoras da família, deixando assim de serem financeiramente dependentes dos seus maridos e conquistando uma nova imagem de esposa moderna onde passa a adquirir características de independência, principalmente a independência financeira.

De acordo com Simões (2012, p.16), devido a inserção da mulher no âmbito do trabalho, surgiram muitos efeitos na estrutura familiar dessa forma, é nítido que a entrada da mulher no mercado de trabalho gerou muitas mudanças e impactos na sociedade, devido historicamente a figura feminina ser associada apenas aos afazeres doméstico dentro do seu lar.

Desde os primórdios da humanidade a mulher era sujeita a fazer somente as vontades dos seus maridos que até então eram os únicos provedores da família, os únicos que recebiam remuneração nos trabalhos e por isso queriam ser vistos como o “centro”. Porém, com o decorrer dos anos, mudanças vieram acontecendo e o conceito de família também. Na modernidade, a mulher vem conquistando a sua independência podendo através da venda da sua mão de obra arcar com as suas despesas e da sua família, sem qualquer tipo de apoio da figura masculina.

Analisando as lembranças do contexto sócio histórico da sociedade, vemos que a mulher era vista como aquela que procriava, que dava os cuidados e educação aos filhos, ficando sempre submetida a figura masculina, no qual esses tinham o direito de poder decidir sobre a vida daquela mulher. E essa figura masculina, ficou culturalmente associada à figura do pai, marido ou irmão dessa mulher. A sociedade costuma delimitar muitas introyeções de conceitos nos quais a figura feminina é associada a uma fragilidade, sendo sempre submissas aos homens, e naturalizando o "poder" do homem sobre a mulher.

É perceptível que após diversos conflitos sociais culturais e políticos a mulher vem buscando mudanças e sua autonomia perante a sociedade deixando de ser vista apenas como a cuidadora dos filhos e do ambiente. Porém as tentativas de mudanças geravam muitos conflitos, nas palavras de Vaitsman (1994), apud Vasconcellos (1996):

A lei criava obstáculos para o acesso das mulheres ao mundo público, reafirmando-se as funções e papeis tradicionais de cada sexo, presentes no imaginário social e, portanto, nas instituições como o Estado, a Igreja, a família e o casamento.

De acordo com Lipovetsky (2007 p.35), a mulher era considerada como indeterminada, no entanto elas lutavam pelo reconhecimento enquanto mãe e profissional. O instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgou no ano de 2002 uma pesquisas realizadas no Brasil, onde comprovam as diversas funções realizadas pelas mulheres, dentre eles está o de mãe e profissional, onde esses processos permeiam nas instâncias da construção da identidade, e nas transformações culturais e sociais.

A trajetória histórica do universo feminino, na atualidade, mostra as funções constantes da figura feminina em assumir responsabilidades, deixando assim como opção da mesma em ser apenas a "mulher mãe" e/ou a "mulher profissional".

Devido muitos avanços tecnológicos, ocorreram transformações em relação a sexualidade, as crenças e diversas atitudes em relação a sexualidade, mudanças também em relação a liberdade sexual das mulheres e a igualdade de direitos sociais. O acesso das mulheres a internet, a televisão, ao cenário político entre vários outros, resultou em um novo modo de pensar, transformando a subjetividade das mulheres, mudando os seus pensamentos e comportamentos, proporcionando

assim uma maior e válida liberdade sexual.

É perceptível um maior crescimento no locus profissional das mulheres, onde houve um avanço na participação das mesmas na força de trabalho, No entanto é preciso reivindicar por condições de trabalho q sejam iguais aos que são destinados aos homens, pois ainda existe essa desigualdade.

O IBGE divulgou alguns dados de uma pesquisa realizada em 2000, onde as mulheres desempenham muitas atividades em relação ao meio público e o ambiente doméstico

Em 2000, o Brasil tinha 86,3 milhões de mulheres que, representavam boa parte da força de trabalho no país; acumulavam tarefas e passaram a chefiar um maior número de domicílios. O aumento da chefia entre as mulheres refletiu diretamente no rendimento familiar, cuja contribuição feminina cresceu quase 56% no último Censo. Na comparação com os homens, as mulheres chefiavam domicílios com melhores condições de saneamento básico; eram mais escolarizadas; viviam mais e representavam a maior parcela entre a população idosa no país.

É inegável que a mulher é um ser capaz tanto social quanto profissional, onde muitas desempenham esses papéis com muito mais responsabilidades que os homens embora tenham o acúmulo de tarefas, pois além de trabalharem elas ainda assumem a responsabilidade de zelar do ambiente doméstico e cuidar dos filhos.

As responsabilidades que as mulheres assumem no momento em que estão na condição de “mães de família” são muitas, e essas responsabilidades são totalmente cobradas e julgadas pela sociedade, como por exemplo, educar, fornecer mantimentos e boas vestimentas, cuidar da saúde e formar aquela criança como um bom cidadão para viver em sociedade entre diversas outras obrigações. E quando essas mulheres conseguem adentrar no mercado de trabalho, a figura feminina percebe que terá de assumir uma dupla jornada de trabalho, mas também sabem que o trabalho transformará a sua realidade, e assim tornam o trabalho como uma essência.

De acordo com o autor Lipovetsky (2007), o mercado de trabalho exige da mulher muito esforço, e faz com que a mesma se supere, passando por cima das suas limitações, para que sejam reconhecidas como um ser ativo no as produções do trabalho, e a partir do momento em que as mulheres tomam o trabalho como

essência, elas dedicam-se completamente para realizar as atividades profissionais com habilidades, com o intuito de ter um bom desempenho no que lhe é atribuído.

Vaistman (1994, p.80) diz que “As referências para a construção de sua identidade não mais se limitaram aos papéis de esposa e mãe”. Pois devido a mulher dedicar-se no ambiente de trabalho elas passaram a enxergar que não se limitam somente ao espaço do ambiente doméstico e cuidadora dos filhos, mas que são capazes de ir muito além disso.

Dos séculos anteriores à família da contemporaneidade, percebe-se que as famílias estão cada vez mais distintas, devido às diversas mudanças que ocorreram antigamente como já ditos nesse capítulo, a mulher e os filhos viviam sobre o regime patriarcal, onde era o homem da família ditava as regras e os mesmos tinham por obrigação obedecer, além de que os filhos deveriam ter o pai com um exemplo. Nas palavras de Coulanges (1996), a mulher (mãe) não tinha nenhuma autoridade sobre os filhos, o pai era quem escolhia o futuro que os filhos iam seguir, além de dizer o certo e o errado sobre os mesmos.

Ainda nas palavras de Coulanges (1996), ao casar-se a filha mulher tinha que trilhar os passos da sua mãe, não poderiam trabalhar nem estudar, caso contrário, teriam que se dedicar unicamente a sua religião.

Devido à figura feminina viver com todas essas amarras de opressão, surge a necessidade de uma liberdade e autonomia, e as mesmas decidem lutar contra esse poder que historicamente os homens sempre tiveram sobre elas, para que todos fossem tratados com total igualdade.

Nos dias atuais como em séculos passados, as mulheres lutaram e ainda lutam muito para terem os seus direitos garantidos, e por sua liberdade de viver em sociedade sem dever submissão aos homens, lutaram também pela libertação dessas opressões que a sociedade impõe, e isso fez com que elas realizassem vários movimentos de libertação, transformando o modelo da família.

Diante disso, é notório o grande avanço das mulheres na libertação das amarras de opressão que eram imposto às mesmas no contexto sócio histórico de uma sociedade completamente enraizada no patriarcalismo. Embora não sejam todas as mulheres que atualmente tem o comando da sua própria vida, pode-se afirmar que uma grande parte das mulheres tem muito mais autonomia e uma maior liberdade de expressão nos dias atuais, o papel da mulher do século XXI devido muitas lutas e conquista é de protagonista da sua vida particular e social, atualmente

as mesmas tem o poder de decisão sobre suas escolhas, e sua liberdade.

Na modernidade a figura da mulher não se limita as funções domésticas, muitas já assumem cargos altos no mercado de trabalho, comandam empresas, escolas entre outros. A vista disso, a família moderna vem mudando cada vez mais o conceito de família, deixando para trás as características conservadoras, fazendo com que a mulher ganhe mais autonomia e empoderamento, pois a partir de então as mesmas passam a serem totalmente donas de si.

2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS CUIDADORAS

Sabemos que muitos são os desafios enfrentados por pessoas com deficiências, e as dificuldades q as mesmas encontram no decorrer da vida, inclusive quando tentam se integrar em movimentos sociais. Ser uma pessoa com deficiência e se incluir em movimentos sociais, na luta pelos seus direitos não é uma tarefa fácil. A sociedade costuma pensar que quando uma pessoa está com problemas na saúde, o médico considerado por muitos como o "salvador" ira curar definitivamente aquele problema ou doença. Porém, algumas questões de saúde como malformação congênita, acidentes, lesões no cérebro, danos genéticos, acarretam em algumas deficiências. Vale ressaltar que as deficiências podem ser congênitas (nascem com a pessoa) ou adquiridas e essas deficiências podem agrupar-se em cinco conjuntos distintos, sendo eles: mental, visual, auditiva, física, múltipla e psicossociais.

Pessoa com deficiência tem muitas limitações, necessidades especiais, dificuldades para realizar algumas atividades e essas limitações geram a necessidade de apoio e da garantia de acesso às tecnologias, a acessibilidade, e também a necessidade de cuidadores para ajudar a enfrentar as barreiras que lhe são postas devido as deficiências, e na maioria das vezes esse cuidador é uma mulher, geralmente a mãe desses portadores de deficiências.

É nítida que na sociedade patriarcal a qual pertencemos, há um número muito grande de mulheres assumindo a função e responsabilidade de cuidadoras, e isso está interligado a construção sócio histórica da sociedade. Culturalmente espera-se que a responsabilidade de cuidar de uma pessoa com deficiência fique a cargo dos familiares, devido o relacionamento afetivo e pela reciprocidade entre ambos (GRATÃO et al., 2013).

Atualmente nota-se que a família vem cada vez mais assumindo a

responsabilidade de cuidar de pessoas com deficiência, principalmente a mulher, raramente é um homem, pois esse papel já é historicamente visto e atribuído a figura feminina. Segundo Collière (1989) cuidar da saúde dos membros familiares sempre foi uma prática comum e também umas das principais funções da família.

De acordo com Lacerda (1996), a família tem maior importância quando acontecem transformações na vida de algum membro familiar, pois esse membro realizara os cuidados necessários.

Analisando o contexto sócio histórico que vivemos, é perceptível que é sempre atribuído a mulher a responsabilidade de cuidar dos membros da família, principalmente quando eles possuem algumas deficiências. Nesse segmento, visto que essa responsabilidade de cuidadora é imputada a figura feminina, só faz com que elas dediquem seu tempo exclusivamente para dar os cuidados necessários daquelas pessoas portadoras de deficiências.

Devido os costumes e tradição da sociedade, que são culturalmente propagados para as mulheres da família, e influenciam cada vez mais para que elas naturalizem essa função de única cuidadora da família, essas tradições da sociedade só fortalecem que o papel de cuidadora é realmente uma construção social, que determina a mulher como sendo cuidadora uma função obrigatória. Nesse segmento, a responsabilidade de cuidar de toda a família é atribuída a mulher, e cabe a mesma não só a atividade do cuidado, mas também a de aprender a cuidar e buscar por informações para que os direitos de cidadania dessa pessoa não passem despercebido.

Infelizmente ainda é pouco visto nos meios acadêmicos, discussões sobre pessoas com deficiências e suas famílias, principalmente quando envolve a cuidadora dessa pessoa que na maioria dos casos é uma pessoa do gênero feminino.

De acordo com Blascovi-Assis (1997), Quando nasce um filho(a) com alguma deficiência, gera muitas adversidades oriundas de sentimentos de rejeição e negação que resultam em transformações na estrutura da família. Nas palavras de Oliveira (2013), essas transformações acontecem maiormente na vida da mãe, pois é ela que encarrega-se de arcar com as responsabilidades de cuidar dos filhos com deficiência.

De acordo Barbosa et al. (2007, p. 51), a mãe:

[...] vê-se diante da necessidade de deixar o trabalho para atender às demandas de cuidado do filho com deficiência, e também devido à dificuldade inicial em lidar com os sentimentos e conflitos vividos. Sente-se incapaz de levar uma vida como tivera antes da chegada do filho e, assim, lança-se às exigências impostas pela situação vivenciada na família e no cuidado dele.

Bourdieu (2005, p. 28), postula que essa concepção de que é uma incumbência da mulher essa responsabilidade de cuidar, é claramente associada nos resquícios de uma visão patriarcal e machista que insiste em permanecer ao longo dos séculos.

Outros autores como Badinter (1985), dizem que ainda é imposto a mulher pela sociedade a tarefa de cuidar do filho(a), como se a mesma fosse a única responsável para assumir essa tarefa do cuidado. Essas funções legitimadas historicamente faz com que a mulher não consiga dispensar essa função que lhe é atribuída.

Analisando as dificuldades, vemos que as mulheres que tem filhos que não possuem deficiências já sofrem uma grande cobrança da sociedade em relação a maternidade, e as mulheres que tem filhos com deficiência, devido essa circunstâncias de obstáculos/impedimentos com o cuidado, gera muito mais dificuldades. Tendo em vista que a mulher já arca com as funções do ambiente doméstico e cuidados com toda a família. Com isso, sabemos que as mães acabam abrindo mão das suas vidas, de realizar seus sonhos, para exercer o seu tempo aos filhos. Falkenbach et al. (2008), diz que essa transformação no cotidiano das mulheres, se dá pela necessidade constante de assistência e de cuidado para os filhos, principalmente quando ele possui deficiência.

De acordo com Tronto (2007, apud MARCONDES, 2013, p. 257), o cuidado é definido como:

Uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável.

A mulher passa a ser reconhecida historicamente como aquela pessoa carinhosa, sutil que vai se adaptar ao realizar algumas funções. Além desses

atributos relacionados a figura feminina, outro resultante desse pensamento é a divisão sexual do trabalho, onde a mulher é sempre a reprodutiva e o homem é aquele que realiza uma função produtiva que tem um expressivo valor social, e isto só faz com que aconteça cada vez mais a naturalização da mulher como a cuidadora na família.

Engels (1984) postula que a igualdade de gênero se tornaria possível e viável quando homens e mulheres possuísem igualdade de direitos. A inserção da figura feminina no mercado de trabalho foi o "ponta pé" da sua liberdade. Contudo, nota-se que historicamente a presença da mesma no mercado de trabalho não foi o bastante para ser adquirido a igualdade entre os gêneros, pois ainda existia muitas desigualdades devido as diferenças biológicas de ambos.

Tendo em vista que é a mãe que encarrega-se integralmente no cuidado com os filhos que possuem deficiências, a mesma sempre vai em busca por conhecimentos e respostas para saber lidar com as limitações que surgem dia após dia.

Essa procura por informações que as mães buscam sozinhas evidencia a ausência e carência das políticas públicas e de espaços que deem assistência a essas famílias, e isso resulta em que essas pessoas se encontrem em circunstâncias que não sabem como agir e acabem errando. E devido esses erros é que descobrem a resposta certa como postula Moura e Valério (2003, p. 49) ao falar sobre essa ausência de apoio as famílias:

Após o nascimento da criança deficiente, praticamente inexistente um aconselhamento psicológico aos confusos pais e grande parte do que farão com as crianças basear-se em ensaio e erro. Nos períodos cruciais do nascimento, quando os pais mais precisam de ajuda, esta não existe ou é muito pequena.

Esses medos atrelados à falta de conhecimentos e informações faz com que a ausência das políticas públicas se torne ainda mais agravante na medida em que eles precisam buscar informações convincentes e plausíveis para que os erros se tornem menores com o passar do tempo.

Nesse segmento, é importante falar sobre o abandono por parte dos pais quando nasce um filho com deficiência, ou quando a mulher decide cuidar de algum membro familiar com deficiência. Antigamente ao nascer um filho com deficiência se

tornava um motivo de vergonha para a família, principalmente para os pais, muitas vezes essas pessoas eram escondidas em cômodos da casa para que a sociedade não o visse, as famílias eram totalmente despreparadas para lidar com essa situação.

De acordo com Sigaud e Reis (1999), a mulher é reconhecida pela sociedade como a única que tem requisitos ideais para responder as necessidades da família, então o cuidado com os filhos era sempre atribuído a ela.

Nota-se que na sociedade a mãe sempre foi e ainda é a maior responsável pelos filhos, principalmente quando possuem deficiências e demandam de cuidados especiais, e essa responsabilidade sempre é dada as mães e elas mesmas naturalizam, pois muitas dizem que assumem mais rápido e com mais responsabilidades e dão mais carinho que os pais dos seus filhos, fazendo assim com que a figura masculina (pai) não arque com as responsabilidades de cuidadores.

Esse cargo de cuidadora imposto quase exclusivamente à figura feminina, muitas vezes é resultante de um pensamento atrelado em uma sociedade que vê a mulher como única responsável de dar os cuidados necessários aos filhos e ao lar. Todavia, essa concepção é resultado de um arranjo social que coloca mulheres e homens em atribuições diferentes, como mulher na reprodução e o homem na produção.

Marcondes (2013) postula que as mulheres e os homens pelo meio da divisão sexual do trabalho são socialmente divididos. Essa divisão é onde as mulheres são as que reproduzem e realizam tarefas no âmbito doméstico, que embora sejam muito importantes, ainda são desvalorizadas pela sociedade, e os homens são sempre aqueles produtivos quem tem maior apropriação no âmbito político e nas atividades profissionais que tem um grande significado social.

Falú e Rainero colocam:

As mulheres constituem a maioria dos setores pobres e devem suportar a pior carga nas famílias submetidas a pobreza, sobretudo as mulheres sem situações urbanas, aquelas que cumprem as funções de chefe de família. (FALÚ E RAINERO, 1998, nota, 7, p.5).

Frequentemente é notório um papel constante e continuo da mulher como cuidadora, e a sociedade costuma sempre legitimar esse papel. Nesse contexto, é

perceptível que o nosso meio social nos coage a fazermos crer que o papel de cuidar é melhor realizado por uma pessoa do gênero feminino , e nota-se cada dia mais isto é um fato verídico de acordo com a cultura da sociedade a qual pertencemos .

Percebe-se que na maioria das vezes as a pessoa cuidadora de uma pessoa com deficiência é uma mulher, mães, tias, entre outras, que levam uma vida muito restrita e agrava concomitantemente de acordo com o que lhe é posto como cuidadora. Tendo em vista que as responsabilidades são muitas, que comprometem a vida de ambos, tanto da pessoa que esta sendo cuidada, quanto à do cuidador, a inexistência de liberdade se torna constante na vida dos mesmos.

O afastamento de muitas mulheres pelo ato de cuidar, se dá através da forma de não conseguir conciliar os seus trabalhos, ou sua rotina casual com a de cuidadora. Tronto (2007) postula que todas aquelas pessoas do ambiente familiar da pessoa que possui deficiência devem efetivar o cuidado com eles que necessitam de cuidados especiais, para que possa melhorar o convívio social, e ajudar na contribuição de uma sociedade mais democrática.

Desse modo se faz necessário averiguar as contribuições tanto do homem quanto da mulher e não permitir que a desigualdade de gênero tenha voz ativa, pois isso acarreta em cada vez mais desigualdades sociais, inclusive essa questão de cuidados com aqueles que precisam e pertencem ao ambiente familiar. É preciso que haja o mais rápido possível essa desconstrução dessa naturalização do cuidado ser exclusivo da figura feminina, é necessário e preciso que exista uma implementação de políticas públicas voltadas para dar um suporte extremamente importante para as cuidadoras de pessoas com deficiências.

É necessário também verificar a questão do cuidador como um sujeito de proteção social, e responsabilidade do estado frente a esse conjunto de problemas, considerando que essa negligencia devem ser totalmente excluídas. Como postula Alfaiate (2008), o cuidado é para manifestar-se nos poderes e deveres da proteção e assistência do estado a quem se encontra em situação vulnerável, mediante ações concretas que baseada no pressuposto onde realizem a melhor decisão para estas pessoas, mas vemos que existe também uma vulnerabilidade do Estado frente a esse contexto social. Levando em consideração que a pessoa com deficiência necessita de um cuidador com um suporte no qual vá contribuir para o seu desenvolvimento.

É preciso que existam cuidados específicos com aqueles que necessitam de cuidados especiais. Deve-se manter um perfil que de acordo com o projeto de lei de 2015 Política Nacional do Cuidado e das outras providencias, para os fins desta lei, cuidado é um conjunto de ações integradas, destinadas a cuidar e promover o bem-estar, a saúde, a segurança, a autonomia e a independência das pessoas, consideradas em condições, limitações e necessidades pessoais, familiares, culturais, econômicas, sociais e comunitária respeitando a individualidade e a dignidade humana.

Sendo assim a promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência deve ser a primeira das diretrizes consideradas por aqueles que cuidam. E para que isso aconteça foi estabelecido a política nacional de saúde da pessoa com deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

No portal MS vê-se que foi instituído por meio da portaria n 1.060, de 5 de junho de 2002, onde a política nacional de saúde da pessoa com deficiência se apresenta como sendo uma política voltada para a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do sistema único de saúde(SUS) e caracteriza-se por reconhecer a necessidade de implementar o processo de respostas as complexas questões que envolvem a atenção a saúde das pessoas com deficiência no brasil.

Diante o exposto, vale destacar que para que as pessoas que possuem alguma deficiências alcancem a plena participação na sociedade, é necessário que as políticas públicas e programas de inclusão façam cumprir a legislação e assegurem os seus direitos, a Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Toda via, a lei da pessoa com deficiência é de extrema importância para que tenhamos uma sociedade onde todos possam usufruir de oportunidades iguais é constante, sabe-se que pessoa que tem deficiência lutam todos os dias para assegurar o cumprimento dos seus direitos e que embora seja uma luta lenta a cada dia que passa vem conseguindo mais quebrando barreira que em relação a deficiência.

CAPITULO III - ESTUDO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: AS DIFICULDADES E A NATURALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA MULHER NO ATO DE CUIDAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

3.1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA O DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Inicialmente para a realização da presente pesquisa foi necessário trilhar um processo metodológico, para que a mesma atingisse seu propósito maior que consiste na compreensão de entender a naturalização da responsabilidade da mulher no ato de cuidar de pessoas com deficiência.

A escolha do local se deu por tratar-se de uma instituição que responde as demandas referente a problemática estudada, e divido o estágio supervisionado I e II onde pode-se perceber o grande número de mulheres que acompanhavam pessoas com deficiência nesse local, sendo o local escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa a Clínica Escola da UNILEAO, localizada em Juazeiro do Norte-CE.

Para a realização da coleta de dados para compor a pesquisa, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada. A entrevista como uma técnica de coleta de dados é um método pelo qual o pesquisador, com um roteiro previamente definido a respeito da sua pesquisa, estabelece contato com os sujeitos da pesquisa para adquirir os dados necessários para a compreensão do seu objeto de estudo.

Segundo Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Por tanto, foi realizado uma abordagem qualitativa, que utilizou-se a técnica de coleta de dados através de questionário com onze perguntas (APENDICE).

A pesquisa foi realizada na clínica escola no período do mês novembro de 2019, nesse dia foi realizado a entrevista com quinze mulheres que acompanhavam usuários deficientes, umas das dificuldades da realização da pesquisa de campo foi em umas algumas mulheres tinham muita resistência em responder. Para garantir ao entrevistado o seu sigilo, nessa pesquisa foi modificada os nomes dos sujeitos.

A presente pesquisa é de natureza bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa. Compreendendo que para Barros (2007) A pesquisa bibliográfica é aquela que se aplica tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos principiando-se a partir de informações advindas de materiais gráficos, sonoros e informatizados, que podem ser livros, revistas, jornais, artigos científicos etc. Sendo assim, a pesquisa apresentará um melhor suporte trazendo consigo informações nas quais trarão recursos para a execução da pesquisa.

Com abordagem qualitativa que para (Malhotra, 2006), a investigação qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema. A pesquisa de campo será outra agregação para a pesquisa onde é nítido a importância dessa vivência que é a pesquisa de campo, pois é uma pesquisa que ocorre quando o pesquisador vai a campo e pode observar o que ocorre naquele determinado local, ou seja, ela é por meio da observação (BARROS, LEGFELD, 2007).

Tendo em vista que serão usados instrumentos que possam dar sustentabilidade a pesquisa como questionário, entrevistas, leituras de documentos e livros. Entende-se a necessidade de se aplicar questionários em pesquisas que necessitam de uma apropriação sobre o contexto social do indivíduo. De acordo com Gil (2008) o questionário é semelhante a uma entrevista, pois possibilita o alcance de um número de pessoas em áreas extensas de um território, e as respostas serão em conveniência com a disposição da pessoa, e assim irá permitir uma maior aproximação aos objetivos. As mulheres entrevistadas serão denominadas com os nomes de Simone de Beauvoir, Dilma Rousseff, Marilda Iammamoto, Yollanda Guerra, Manuela D'Ávila, Maria Firmina dos Reis, Leila Diniz, Ana Elizabete Mota, Joseane Soares, Dandara, Rachel de Queiroz. Vale ressaltar que, Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa constituíram-se dentro dos padrões éticos legais referentes à pesquisa com seres humanos da resolução 446/12.

3.2 DESVELANDO OS ASPECTOS DA PESQUISA POR INTERPRETAÇÕES LÚDICAS

Diante de todo o exposto no referido trabalho, nota-se que uma pessoa que tem deficiência, seja ela intelectual, auditiva, múltipla ou de natureza física, atinge

um contingente expressivo de pessoas na sociedade. Pesquisas indicam que 23,9% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência.

Como já citado, é nítido que uma pessoa que possui deficiência tem muitas limitações e necessita cuidados especiais e auxílio para realizar suas atividades do dia a dia, e essa responsabilidade de cuidador fica sempre como uma atividade que deve se exercida por uma mulher, em muitos casos a mãe.

Analisando o contexto sócio histórico, percebe-se que a mulher sempre foi vista e considerada como a responsável pela origem á vida, a mesma é a que protege e cuida, sempre ficando submetida a figura do homem, aquele que ditava o que a mesma poderia fazer ou não.

Esse homem culturalmente sempre foi o pai ou marido dessas mulheres, onde percebe isso nos versos da cantiga de roda do cancionero brasileiro, onde a cantiga diz:

*Terezinha de Jesus/ deu a queda foi ao chão,/ acudiram três cavaleiros,/ todos três chapéus na mão/. O primeiro foi seu pai,/ o segundo seu irmão/ e o terceiro foi aquele que a Tereza deu a mão.
(Domínio público)*

Ao analisar os versos acima, podemos analisar que essa cantiga retrata a fragilidade de Terezinha de Jesus que precisará do cuidado de uma figura masculina devido à queda, dessa forma deixando a mulher sempre abaixo do da figura masculina, Pois na cantiga, primeiramente aparece a figura do pai” o primeiro foi seu pai” que historicamente o pai sempre foi o primeiro “dono” da mulher seja esposa ou filha, a quem a mulher devia respeito e obediência eterna, a segunda figura também é do gênero masculino “ o segundo seu irmão” onde o mesmo é visto como a extensão da figura paterna.

Dessa forma pode-se perceber que a figura feminina é vista desde muito tempo como um ser frágil, que sempre estará vulnerável a “quedas” e por isso, sempre irá necessitar da presença de um homem, pois o mesmo é visto como um ser forte e inabalável. Percebe-se ainda o quanto a introjeção de conceitos reflete e contribuem na construção da identidade de uma sociedade, onde desde muito tempo atrás as pessoas naturalizam cada vez mais a condição de que a mulher tem que ser sempre submissa ao homem e por esse motivo é considera como fraca, e

por esse motivo só pode assumir os afazeres doméstico e a responsabilidade de cuidar dos filhos, ainda mais quando eles têm alguma deficiência

IAMGEM II: Imagem de uma mãe com o filho deficiente.



Fonte: Depositphotos

A figura acima mostra uma mulher cuidando do seu filho que tem deficiência, dessa forma, sabe-se que Cuidar dos filhos, educar sem contar com ajuda dos demais familiares não é uma tarefa fácil, exige muito tempo e esforço dessas mães, que por se dedicarem totalmente ao cuidado com os filhos, deixam para traz muitas coisas, inclusive a entrada no mercado de trabalho. De acordo com a pesquisadora Lena Lavinias as mulheres sofrem muito mais que os homens, porque:

“elas têm um papel fundamental na reprodução da vida social. Não apenas o da maternidade, mas também o que a gente chama de “maternagem”: educar os filhos, cuidar dos enfermos em casa, resolver questões cotidianas em casa etc. Elas estão sempre preenchendo os buracos, as lacunas que existem, através de um esforço muito grande, dedicação pessoal, da intensificação do seu horário de trabalho, da redução de possibilidade de trabalho fora de casa.”

As mulheres e mães são prestadoras dos cuidados com os filhos principalmente quando estão em situações de dependência, ao assumir essa responsabilidade dedicam muito do seu tempo para os mesmos. A pesquisadora Lena Lavinias diz que As mulheres muitas vezes não têm acesso à creche, à escola

de tempo integral e que isso deveria ser uma prioridade, pois assim as mulheres iam tem mais tempo até mesmo para trabalharem e não viverem totalmente dependentes financeiramente dos maridos, pois é visível que o não acesso ao mercado de trabalho, junto com os altos custos com remédios, lazer e várias outras coisas que os filhos com deficiência necessitam no dia a dia, é consequência do empobrecimento da família, afetando negativamente a dinâmica da família.

O cotidiano de mães que tem filhos com deficiência é marcado por muita preocupação, busca por informações, serviços e também muita superação, é uma trajetória sobrecarregada de tarefas e muita esperança. O Autor Léo Buscaglia (1993), diz que é necessário destacar a importância para uma boa comunicação entre pais e os profissionais dos seus filhos com deficiência, com o intuito de acrescentar cada vez mais a desenvolvimento dos filhos deficientes, tendo como objetivo de zelar conjuntamente pelo bem-estar de familiares, profissionais e filhos com deficiência:

No passado, o relacionamento mãe-filho dentro da família era visto como o mais importante e considerado a primeira relação social e, portanto, a mais influente na formação da personalidade e do comportamento. Por esse motivo, era o objeto de estudos mais frequente. Embora esse relacionamento ainda seja tido como central torna-se cada vez mais claro que as relações individuais ou em pequenos grupos tornam-se significativas sob o ponto de vista dinâmico apenas quando são parte de um contexto social mais amplo. Essas descobertas fizeram com que os pesquisadores mudassem o foco da atenção do relacionamento mãe-filho na família para o estudo das interações dentro de toda a unidade familiar, como grupo e deste com a sociedade como um todo. (BUSCAGLIA, 1993, p. 79)

Sabe-se que a família é uma unidade social de extrema importância na formação de qualquer indivíduo, A família denota de uma unidade social composta pela comunidade global e local, refere-se a uma pequena cultura dentro de outra maior. O preconceito contra a pessoa com deficiência esta dentro de boa parte da comunidade, e afetara não somente a pessoa que tem deficiência mas também cada membro da família onde se constituirá em uma grande força no comportamento dessa família.

IMAGEM III - Dificuldades na acessibilidade nas escolas



Fonte: casa da acessibilidade, 2019.

A imagem acima retrata as dificuldades para a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar nas escolas do Brasil, e também a acessibilidade dos mesmos. Sabemos que todos somos iguais perante a lei. Contra essa afirmação não há questionamentos, porém quando o Estado simplesmente não oferece condições de acessibilidade àqueles que precisam, instaura-se uma situação de vulnerabilidade.

A constituição de 1988 prevê a igualdade material entre todos, assim sendo, é de responsabilidade do governo criar condições capazes de fazer com que as pessoas que enfrentam situações desiguais consigam atingir os mesmos objetivos. Para isso, o Estado se coloca como promotor dos direitos individuais e sociais, e faz isso por meio de políticas públicas de inclusão das minorias e dos mais vulneráveis, seja por questões financeiras, econômicas e sociais, ou, por limitações motoras ou emocionais.

As dificuldades de identificação que as pessoas com deficiência enfrentam, não se limitam somente a séculos passados. De acordo com Bueno (1997) e Januzzi (1997) nos dias atuais existem muitas dificuldades para as pessoas que tem deficiência, pois as mesmas tem suas limitações e e necessitam de outras pessoas para cuidar delas que na maioria dos casos é uma mulher.

Como já colocado em falas anteriores, á naturalização do papel feminino quando se trata de cuidar de algo, é naturalmente colocado a frente da mulher. As construções sociais influenciam para que isso aconteça, muito embora fala-se em

inserção do papel feminino em diversas áreas, porém é um assunto que necessita de uma maior ênfase.

Consolida-se o discurso de natureza feminina- frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal, instalando o lugar feminino de esposa e mãe centrada no espaço doméstico. Status e renda familiar eram atribuições do trabalho remunerado do homem, uma vez que as atividades domésticas realizadas no âmbito familiar, estavam organizadas de maneira individual e privada, não caracterizando um trabalho. (Rocha Coutinho, 1994)

Com a moralidade dos fatos e a condição da mulher sendo conquistados as vezes sim, e as vezes não. Cabe a discussão sendo fundamental nessa concepção de maternidade da mulher, quando a mesma se vê em condição de mãe logo ela conclui ser responsável pelos filhos e pelos cuidados que estão relacionados a família. É uma constatação material e cultural da sociedade que perpassa de geração para geração.

Finalizo esta reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelas mães que tem filhos deficientes, atrelada as dificuldades que os filhos têm que enfrentar diariamente devido terem alguma deficiência. Quero destacar que essa naturalização do cuidar ser exclusivo da mulher são construídos e desenvolvidos em uma esfera social de valores que culturalmente foram atribuídos a figura feminina e seus papéis sociais a partir do momento que se tornam mães. Toda via, percebe-se que o enfrentamento desta questão não é particular, de competência exclusiva da mãe, mas também de outras políticas de proteção social que garantam proteções e afiançam seguranças de acolhida, convivência e fortalecimento para as mulheres e os filhos deficientes.

3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Na perspectiva de refletir sobre a naturalização da responsabilidade da mulher no ato de cuidar de pessoas com deficiência, visto que essa responsabilidade é atrelada totalmente a figura feminina desde os primórdios da humanidade, onde o homem é somente aquele que tem o dever de trabalhar para manter o sustento da família e para a mulher sobra os afazeres domésticos, é

perceptível que por muitos anos essa ideia veio se naturalizando perante a sociedade.

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p. 196, apud, TEIXEIRA, 2003, p. 191).

Então, a partir da coleta de dados realizada com o universo de quinze mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência que participavam do acompanhamento dessas pessoas na clínica escola da UNILEAO, tendo em vista que essas mulheres escolhidas para a realização da aplicação dos questionários são todas mães de pessoas com deficiência.

Ao observar o gênero das participantes nota-se que todas são do sexo feminino, levando-se em conta que todas as mulheres que foram entrevistadas, frequentam pelo menos três vezes ao mês a clínica escola, acompanhando a pessoa que tem deficiência para os mesmos usufruírem dos serviços ofertados pela clínica escola, especificadamente pela fisioterapia. A naturalidade de 90% (13,5mulheres) eram de Juazeiro do Norte-CE e 10%(1,5 das mulheres) eram cidades vizinhas como Barbalha-CE e Crato-CE, as idades das mesmas eram de 27 a 42 anos.

Na sequência estará apresentado os dados pessoais, nos quais foram possíveis identificar que 60% das mulheres são solteiras, 30% casadas, 4% divorciadas e 6% em união estável.

TABELA I - PERFIL DAS ENTREVISTADAS

ESTADO CIVIL	VINCULO FAMILIAR	PROFISSÃO	RENDA
SOLTEIRA	MÃE	DESEMPREGADA	UM SALARIO
SOLTEIRA	MÃE	AUTÔNOMA	UM SALARIO
SOLTEIRA	MÃE	DESEMPREGADA	UM SALARIO

SOLTEIRA	MÃE	DESEMPREGADA	UM SALARIO
CASADA	MÃE	DESEMPREGADA	DOIS SALARIOS
DIVORCIADA	MÃE	DESEMPREGADA	UM SALARIO
CASADA	MÃE	DESEMPREGADA	TRES SALARIOS
DIVORCIADA	MÃE	DESEMPREGADA	DOIS SALARIOS
SOLTEIRA	MAE	DESEMPREGADA	UM SALARIO

FONTE: Primaria, 2019.

Foi possível identificar que todas as mulheres que responderam aos questionários eram mães de pessoas com deficiência, não possuíam profissão, ou as que possuíam foram obrigadas a deixar seus empregos pelo fato de dedicar seu tempo exclusivamente para cuidar dos seus filhos deficientes, pois sabe-se que uma pessoa que possui deficiência possui suas limitações e realmente necessitam de muito tempo de dedicação para os mesmos.

Outro fato que contribui para compreender tal realidade é o predomínio das mulheres que possuem filhos com deficiência e por não terem com quem dividir os cuidados abandonam os empregos e até os estudos por muitas vezes terem que cuidar dos filhos e ainda os afazeres domésticos. Quando questionadas sobre a renda mensal as casadas alegaram que o provedor da renda são os respectivos maridos.

Podemos entender que as distribuições dos papéis sociais postos aos homens e mulheres continuam os mesmos, as famílias ainda vivem esta questão cultural e tradicional onde o homem sustenta a casa e a mulher cuida dos afazeres doméstico, dos filhos e da família.

De acordo com Carloto (2002), a rígida divisão dos papéis e trabalho, opondo a esfera produtiva à esfera reprodutiva, coloca no senso comum como modelo de família “normal”, os homens como provedores e as mulheres como responsáveis pela esfera doméstica.

Analisando as informações descritas na tabela acima percebe-se que há uma predominância das mulheres solteiras, fato este que está relacionado ao abandono que os homens fazem com as mulheres quando descobrem que os filhos são deficientes, e não aquele filho “perfeito” que foi idealizado durante toda a gestação.

As perguntas a seguir, norteiam a pesquisa, onde podemos conhecer melhor a realidade dessas mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência, onde poderemos perceber todos os desafios enfrentados pelas mesmas.

Há quanto tempo a senhora cuida de pessoas com deficiência?

“Desde que ela (filha) Nasceu” (Dilma Rousseff)

“Há sete anos” (Marilda lamamoto)

“De onze a doze anos” (Simone Beauvoir)

Vê-se que esse processo de cuidar é contínuo e duradouro, onde em muitos casos perpassa por um período de muito tempo, fazendo parte da vida destas pessoas, sendo assim cabe analisar os fragmentos e atribuições dadas tanto ao cuidador quanto a pessoa que esta sendo cuidada, como vemos na tabela acima muitas dessas cuidadoras não possuem uma profissão, nem sequer a profissão de cuidadora, pois hoje em dia é considerado como uma profissão um cuidador de pessoa com necessidades especiais. Dessa maneira, sabe-se que essas mulheres se tornaram cuidadoras pelo fato de ver a necessidade de cuidar do seu ente querido (filho).

Consideramos o projeto de lei que garante o cuidador como sendo um profissional remunerado aonde no parágrafo único vem ressaltado - Considera-se cuidador, o profissional responsável por cuidar da pessoa doente ou dependente, facilitando o exercício de suas atividades diárias, tais como alimentação, higiene pessoa, além de aplicar a medicação de rotina e acompanha-la junto aos serviços de saúde, ou outros requeridos no seu cotidiano, excluindo, para tal, técnicas ou procedimentos identificados como exclusivos de outras profissões legalmente estabelecidas. (PROJETO DE LEI N.º 6.966-B, DE 2011).

Quais as mudanças na sua vida depois que a senhora se tornou cuidadora?

“Mudou foi tudo, a rotina não é mais a mesma, mudei meus hábitos, não tenho mais tempo pra nada, só pra cuidar dele”
(Manuela Davilla)

“Abandonei muita coisa, inclusive o trabalho, deixei de ir festas, tudo para cuidar dela.” **(Yolanda Guerra)**

“Mudou tudo. Vivo só pra ela e não sobra tempo pra nada.”
(Maria Firmina dos Reis)

“Tudo! Meu marido sonhava ser pai ai quando nasceu “joao” com deficiência ele ficou meio triste e não ajuda a cuidar dele, eu não tenho tempo de procura um serviço, é tudo muito difícil.”
(Clarisse Lispector)

*“ Mais tempo na clínica escola fazendo fisioterapia do que em nossa casa.”***(Dandara)**

Na falada entrevistada *Clarisse Lispector* percebe-se o quanto alguns pais de hoje em dia idealizam o nascimento do filho “ideal” onde depositam todas suas expectativas Desde o momento em que os pais descobrem a gestação de uma criança, os mesmos tendem sempre a idealizar esse ser que esta por vir como um filho “perfeito” e cheio de saúde, sonham com o seu desenvolvimento, o seu crescimento, entre outras coisas. Porém, sabe-se que raramente estão preparados para lidar com as dificuldades que um filho deficiente irá enfrentar. E ao descobrirem que o seu filho(a) tem alguma deficiência, vários destes sonhos e ideais passam a dar lugar ao sentimento de espanto, muitas vezes tristeza , revolta e frustração. A fala da mãe *Clarisse Lispector* nos chama a atenção para a reação do pai ao descobrir a deficiência do filho, onde essa reação e comum entre pais despreparam nos dias atuais.

De acordo com Sigaud (1999, apud, AMARAL, 1995, p. 77-78), essa frustração dos pais ao saberem que vão ter um filho com deficiência é importante para o seu conhecimento emocional de ter um filho, tendo em vista que essas deficiências carregam consigo perdas imaginarias que são idealizadas no pensamentos dos pais . **Quais as dificuldades enfrentadas pela senhora para cuidar de uma pessoa com deficiência?**

“As maiores dificuldades foi em cuidar da saúde da minha filha, as coisas são muito difíceis, o transporte é difícil também.” (Leila Diniz)

“Problemas financeiros, pois não consigo associar o cuidado com ela e com o trabalho, e acabo que estou desempregada dependendo apenas do salário do meu esposo” (Ana Elizabete Mota)

“De tanto passar por dificuldades como o transporte hoje eu já sou acostumada.” (Joseane Soares)

“Minha maior dificuldade é o financeiro” (Simone Beauvoir)

“Minha maior dificuldade foi ver meu filho sofrendo, ter q passar por exclusão por parte dos colegas na escola”(Dilma Rousseff)

“Não ter tempo para procurar um emprego para dar mais coisas a minha filha” (Rachel de Queiroz)

Enxerga-se na fala de *Dilma Rousseff* que sua maior dificuldade é saber que o seu filho sofre exclusão social na escola, e isso é um fato verídico que acontece todos os dias com pessoas que possuem alguma deficiência, principalmente pelos os colegas da escola. Assim, Gil (2005) revela que:

[...] a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças. (P. 18)

Dessa forma, é preciso que as escolas trabalhem mais os colegas em grupos na sala de aula, para que haja uma criação de vínculo/amizade entre os mesmos e assim eles possam ser no futuro adultos positivos que respeitem as limitações do próximo, deixando de lado qualquer diferença que possa existir entre ambos, deixando assim de lado o preconceito e a exclusão, pois na atualidade é uma realidade que acontece em diversas esferas da sociedade.

Na fala de (Rachel de Queiroz) podemos perceber que um dos maiores problemas dessas mulheres cuidadoras é o de não conseguir trabalho e também de não terem acesso a todos os direitos estabelecidos em Lei que assegure o tratamento especial que a pessoa que possuem deficiência devem ter. Vê-se então que o Estado não possibilita políticas que de fato colaborem com o desafio de

cuidado para com o cuidador, a ideologia criada e naturalizada pela mulher é muito abrangente.

Considera-se pessoa com deficiência aquelas que possuem limitações ou incapacidade de ordem física, auditiva, visual mental ou múltipla, que comprometa o desempenho de suas atividades. (BRASIL, 2007:37). De acordo com o Ministério da Saúde (2009:43), o direito que respalda as pessoas com deficiência, esta considerado na constituição Federal de 1988, que determina como competência das três esferas do governo, cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas que possuem alguma deficiência. O regulamento desses direitos deve ser repensado de maneira que analisem se de fato esses direitos estão sendo estabelecidos a quem necessita.

Você tem apoio de outras pessoas para dar suporte no atendimento a pessoa com deficiência?

“Não. Cuido sozinha.” (Rachel de Queiroz)

“Cuido sozinha.” (Dilma Rousseff)

“ Quem cuida é eu e Deus. ” (Simone Beauvoir)

Na fala da (Simone Beauvoir) notamos que não só ela, mas as demais entrevistadas assim como muitas mulheres no Brasil, que é sempre a mãe que assume completamente a responsabilidade de cuidar da pessoa que tem deficiência, e isso é uma realidade no nosso país, as mães é quem cuidam e conseqüentemente começam a buscar por informações e/ou soluções para as dúvidas e dificuldades que aparecem dia após dia.

Meyer (2005, apud TEIXEIRA; CERQUEIRA, 2013, p. 223) diz que devido a família ver a “mulher como mãe, no centro das políticas de gestão da vida”, associam esse papel de cuidar que é oriundo do neoliberalismo, sobre a responsabilidade da mulher. E essa responsabilidade social que é totalmente atribuída a figura feminina enquanto mãe, faz com que ela tenha que ter mais responsabilidades, e amor para dar aos seus filhos que possuem algumas limitações e necessitam tanto de amor e atenção.

A partir da análise dos dados da pesquisa podemos observar que o objeto de estudo teve como vínculo familiar todas as mães, em estados civis e rendas mensais

diferentes. Foi possível concluir que a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho é totalmente dificultada pelo fato de ter que romper estudos ou trabalhos por necessidade de se ausentar e tomar frente dos cuidados para com a pessoas que necessita em seu ambiente familiar. Foi possível analisar que muitas mulheres quando tem filhos que tem deficiência são abandonadas pelos maridos onde ficam com a total responsabilidade de cuidar dos filhos sozinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a naturalização da responsabilidade da mulher no ato de cuidar de pessoas com deficiência trouxe profundas reflexões sobre o tema, permitindo assim uma maior compreensão do mesmo.

De acordo com os estudos realizados para a efetuação dessa pesquisa, foi possível compreender que grande parte da sociedade vê a figura feminina com uma única função, cuidar e zelar do ambiente doméstico e da família, e conseqüentemente naturalizam a responsabilidade do cuidar totalmente atrelada a mulher, principalmente quando a mesma tem um filho com alguma deficiência, e essa responsabilidade do cuidado nunca é dada ao pai, podemos perceber pelos resultados expostos no 3.3” Análise e discussão dos dados da pesquisa” do último capítulo desse trabalho.

É fundamental que saibamos que uma pessoa que tem deficiência tem muitas limitações e por isso necessitam de cuidados especiais que devem contribuir de forma positiva para o seu desenvolvimento, e este só acontecerá se houver efetivação de fato de todas as políticas voltas para pessoas com deficiência.

Pôde-se perceber também que a equidade de gênero ainda não ocorre de uma forma abrangente na sociedade. Mesmo que se fale muito e que existe sim um grande número de mulheres conquistando papéis que no olhar da sociedade eram praticamente impossível, percebemos que não se compara aos altos cargos conquistados por homens na nossa sociedade. A população ainda não tem uma compreensão sobre o significado de emancipação feminina, e consistem em viver sobre o olhar de uma sociedade enraizada no machismo.

Vivendo em uma sociedade marcada historicamente por relações de conflitos em que aqueles que detém o poder sobre os outros, as mulheres não podiam ficar de fora desse sistema que já vem se perdurando por anos, por isso através de revisões bibliográficas realizadas para a construção deste trabalho, fica claro afirmar que é necessário desconstruir esta característica socialmente construída de que a mulher é um sexo frágil, transformando assim as relações dentro do âmbito familiar e na sociedade fazendo com que as mulheres possam ter o poder de si. Nessa

concepção é fundamental trabalhar o empoderamento feminino que pode contribuir para fortalecer as mulheres e desenvolver a igualdade de gênero onde as mesmas ainda são minorias.

Como futura Assistente Social me coloco frente a essa problemática, comprometendo-me a não deixar esse assunto ficar somente até aqui, pois merece uma atenção especial devido ser uma realidade que atinge um contingente expressivo de mulheres na nossa sociedade.

Concluindo, é importante destacar que a presente pesquisa não encerra a discussão, mas traz subsídios teóricos que servirão para futuras pesquisas relacionadas ao tema. Sugiro as outras acadêmicas que se atentem a esses aspectos culturais e sociais, para que assim se consiga uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALFAIATE, Ana Rita. **Autonomia e cuidado**. In: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de (Orgs.). O cuidado como valor jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 2008. BRASIL. Código Civil de 2002. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. **Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil**. In: _____(Org). Gênero, família e trabalho no Brasil. FAPERJ. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 14-76.

BARBOSA. M.A.M [et al]. **Vivências de mães com um filho deficiente: um estudo fenomenológico**. Acta Paul Enferm, 2007.

BADINTER. E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

BLASCOVI-ASSIS, S. M. **Lazer e Deficiência Mental**. Campinas: Papyrus, 1997

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005. (Coleção estudos; 20/ dirigida por J. Guinzburg)

BRANTLINGER, E. et al, **Qualitative studies in special education**. Exceptional children, v71, nº 2, 195-207, winter 2005.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para a Mulher. **Contribuições para as conferencias estaduais - Documento Base**, p. 23. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CARLOTO, C. M. **O Conceito de gênero e sua importância para análise das relações sociais**. Serviço Social em revista, Londrina v.3 n.2 p. 119-245 jan/jun. 2001.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma**. 12. ed. São Paulo: Hemus, 1996.

COLLIÈRE, M.F. **Promover a vida**. Lisboa: Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 1989.

- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. José Silveira Paes. 3ed. São Paulo: Global, 1984.
- FALKENBACH, A.P.; DREXSLER, G. & WERLER, V. **A relação mãe/criança com deficiência: sentimentos e experiências**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 13(2), 2065-2073, 2008.
- FALÚ, Ana e RAINERO, Liliana. **Pobreza urbana y genero**. Taller sobre Pobreza Urbana em América Latina y el Caribe. Rio de Janeiro, 14-16 maio 1996.
- FARIA, N; NOBRE, M. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.
- FEIJOO, Ana Maria L. C. **A escuta e a fala em psicoterapia**. São Paulo: Vetor, 2000.
- FLORESTA, N. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1932.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres, trabalho e família**. Disponível em: . Acesso em: 28 ago. 2019.
- GIL, M. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?**. Universidade de São Paulo, p.18, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA EM PARCERIA SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO DE GÊNERO, 2000. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/spmulheres>. Comunicação Social, 22/05/2006. Acesso em 16/11/2019.
- IZQUIERDO, M.J. **Bases Materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, [1990].
- JANNUAZI, Gilberta. **A Luta por Educação do Deficiente Mental no Brasil 1997**. Cantiga de Roda: Terezinha de Jesus (Domínio Público)
- LACERDA, M. R. (1996). **O cuidado transpessoal no contexto domiciliar**. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- LAGARDE, M. **Gênero y feminismo- desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas & Horas, 1996.
- LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MALHOTRA, N.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M.C. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho**. In: YANNOULAS, S.C. (Coord.). *Trabalhadoras: Análise das profissões e ocupações*. Brasília: Editora Abaré, 2013.

MOURA, Leonice; VALÉRIO, Naiara. **A família da criança deficiente**. Caderno de Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. São Paulo, v.3, n.1, p.47-51, 2003.

PEREZ, Lícia. **Os desafios os para o século XXI**. In: GALEAZZI, I.M.S. (Org) *Mulher e Trabalho. Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PEDRMPA) v. 1, 2001. p. 51-53.*

PINSKY, C.B; joana, M. P. **Igualdade e Especificidade**. In, Pinsky, J; Pinsky, C.B. *História da cidadania*. 4. Ed, São Paulo: Editora CONTEXTO, 2004,

ROCHA/COUTINHO, M. L. (1994) tecendo por tras dos panos: **A mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: ROCCO.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995.

TEIXEIRA, Marlene; CERQUEIRA, Maria D. Stephanie R. **O Programa Bolsa Família/Vida Melhor e as Mulheres – transferência de renda e equidade de gênero no Distrito Federal**. In: YANNOULAS, S.C. (Coord.). *Trabalhadoras: Análise das profissões e ocupações*. Brasília: Editora Abaré, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRONTO, joan. **Mulheres e cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?**. In : JAGGAR, Alisson; BORDO, Susan(Eds). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: record, Rosa dos Tempos, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar,1987

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, Violência**. 1. Ed, São Paulo: Editora FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2004.

SANDERBERG, C. M.B. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminina**. I seminário Internacional: Trilhas do empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, NEIM/UFBA, Bahia, 2006.

SILVA, S.G. (2000). **Masculinidade na História: A Construção Cultural da Diferença entre os Sexos**. Revista Psicologia, Ciência e Profissão, 3 (ano 20)

SILVEIRA, M. L. da. **Políticas Públicas de Gênero: Impasses e Desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade.** In: Seminário Nacional de Coordenadorias da Mulher no Nível Municipal. São Paulo: URBES, 2003, p. 1-8.

SCOTT, J. Gênero: **Uma Categoria Útil Para a Análise Histórica.** vol. 20, n.2, jul./dez.1995, p. 71-99.

SIGAUD, C.H.S; REIS,A.O.A. **A representação social da mãe acerca da criança com síndrome de Down.** Revista da escola de Enfermagem. USP, São Paulo, v.33, n.2, p.148-56, jun. 1999.

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. **Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX.** Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas: Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, v. 1, n. 2, 2012.

VAITSMAN, Jeni. **As transformações sociais e de gênero no século XX.** In: MURARO Rose, Marie; PUPPIUN, Andrea (Orgs). Mulher, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001.p.16-20.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

WAGNER, A., Halpern, S. C. & Bornholdt, E. A. (1999). **Configuração e estrutura familiar: Um estudo comparativo entre família originais e reconstituídas.** *Psico*, 30(2), 63-73.

APÊNDICE (S)

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO

- **Dados Pessoais:**

- **Idade:** _____.

- **Estado Civil:** () Solteiro () Casado () Viúvo () Divorciado () Outros.

- **Naturalidade:** () Juazeiro do Norte () Barbalha () Crato () Outros.

- **Composição familiar:** () um () Dois () três () quatro () cinco () Ou mais

- **Dados Sócio- Econômicos:**

- Profissão: _____.

- **Renda Familiar:**

() Meio Salário () Um Salário () Dois Salario () Mais de Três Salários

- **Há quanto tempo a senhora cuida de pessoas com deficiência?**

- **Quais as mudanças na sua vida depois que a senhora se tornou cuidadora?**

- **Qual o vínculo da cuidadora com a pessoa que possui deficiência?**

() Mae

() Irmã

() Esposa

() Filha(o)

Qual? : _____.

- **Quais as dificuldades enfrentadas pela senhora para cuidar de uma pessoa com deficiência ?**

- **Você tem apoio de outras pessoas para dar suporte no atendimento a pessoa com deficiência?**

Juazeiro do Norte CE _____, _____ de 2019.

ANA RAFAELLA DE BRITO PEREIRA
Pesquisadora

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a)

Ana Rafaella de Brito pereira, 701.432.554-01, UNILEÃO está realizando a pesquisa intitulada “A Naturalização da Responsabilidade da Mulher No Ato de Cuidar de Pessoas com Deficiência: Uma Análise a Partir da Vivência na Clínica Escola em Juazeiro do Norte-CE”, que tem como objetivos Analisar os desafios frente a responsabilidade que as mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência enfrentam. Para isso, está desenvolvendo uma entrevista semi estruturada.

Por essa razão, o (a) convidamos a participar da pesquisa. Sua participação consistirá em responder um questionários/entrevista com perguntas objetivas e subjetivas.

Os procedimentos utilizados poderão trazer algum desconforto, como por exemplo, os participantes não querer expor a sua vida pessoal. Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu Ana Rafaella de Brito pereira ,serei o responsável pelo encaminhamento ao NASS- Núcleo de Apoio do Serviço Social.

Os benefícios esperados com este estudo são no sentido de conhecer a realidade e contribuir para nossa monografia.

Toda informação que o(a) Sr.(a) nos fornecer será utilizada somente para esta pesquisa. As (RESPOSTAS, DADOS PESSOAIS, DADOS DE EXAMES LABORATORIAIS, AVALIAÇÕES FÍSICAS, AVALIAÇÕES MENTAIS ETC) serão confidenciais e seu nome não aparecerá em (QUESTIONÁRIOS, FITAS GRAVADAS, FICHAS DE AVALIAÇÃO, ETC.), inclusive quando os resultados forem apresentados.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado (ENTREVISTA, AVALIAÇÕES, EXAMES ETC.).

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar Ana Rafaella de Brito Pereira, Rua: Monsenhor Esmeraldo, N 886, Crato-CE nos seguintes horários 08h às 17h.

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade localizado à Rua telefone () ramal, Cidade.

Caso esteja de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido que se segue, recebendo uma cópia do mesmo.

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do participante

ou Representante legal

Impressão dactiloscópica